



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Seminário	Nº: 0898/04	DATA: 22/06/04
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 14h36min	DURAÇÃO: 4h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h	PÁGINAS: 77	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PERLY CIPRIANO - Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República.
ISAÍAS SANTANA DA ROCHA - Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos.
RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Pesquisador da Universidade Federal do Ceará.
JOSÉ SIDNEY VERAS LEMOS - Representante do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.
FERNANDO ANTONIO MATOS - Coordenador do Gabinete de Assessoramento Jurídico às Organizações Populares — GAJOP.

SUMÁRIO: Seminário *O Enfrentamento das Execuções Sumárias e a Preservação do Estado Democrático de Direito: Propostas e Alternativas.*

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Declaro abertos os trabalhos desta Comissão. O tema do nosso seminário é o seguinte: *O Enfrentamento das Execuções Sumárias e a Preservação do Estado Democrático de Direito: Propostas e Alternativas.*

Compõe também a Mesa, além de mim, o nobre Relator, Deputado Luiz Couto. Temos a satisfação de contar com a presença dos debatedores, a quem convido para tomar assento à mesa: Dr. Isaías Santana da Rocha, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (*pausa*); Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula, pesquisador da Universidade Federal do Ceará (*pausa*); Dr. Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República (*pausa*); Dr. Sidney Veras Lemos, representante do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (*pausa*); Dr. Fernando Antonio Matos, Coordenador do Gabinete de Assessoramento Jurídico às Organizações Populares — GAJOP. (*Pausa.*)

Sr. Deputado Luiz Couto, Relator desta Comissão, senhores representantes de várias entidades, senhoras e senhores, a CPI do Extermínio no Nordeste é um compromisso deste Parlamento com os milhões de nordestinos que aguardam o desfecho dos nossos trabalhos e acreditam que é possível combater a impunidade, a criminalidade organizada no Nordeste, que tem como sua expressão mais cruel a atuação dos grupos de extermínio, das milícias privadas.

Este seminário tem por objetivo discorrer sobre essa temática, ouvindo opiniões, recebendo sugestões, propostas e alternativas de autoridades, estudiosos e membros de organizações não-governamentais que trabalham no combate a essa realidade dolorosa. A ação dos grupos de extermínio em nossa região se alimenta e se reproduz na impunidade. Ao longo dos trabalhos desta Comissão, temos ouvido o relato contundente, claro, preciso e detalhado de diversas autoridades que trabalham de forma corajosa e incansável para que esses crimes não se perpetuem na esteira da impunidade e no descaso com a vida humana. São promotores e policiais nordestinos dedicados, competentes, ciosos da sua missão e do alcance social do seu trabalho que aqui estiveram trazendo luz para novos caminhos de investigação, contribuindo de forma decisiva para os trabalhos desta CPI. É importante que se diga isso, especialmente no caso dos policiais, porque, se temos,



de um lado, a participação direta, criminosa e corrupta de muitos policiais nos crimes de extermínio — e não são a maioria —, encontramos no outro extremo, no estrito exercício de suas funções a serviço da sociedade, policiais sérios, íntegros, profissionais que trabalham muitas das vezes em condições totalmente adversas, com o risco de suas próprias vidas, para que essas práticas sejam definitivamente erradicadas de suas corporações. Dos diversos depoimentos que ouvimos nesta CPI, alguns tocaram profundamente nosso coração. Foram os relatos sofridos e desesperados, tomados em audiências reservadas, de algumas testemunhas, parentes de vítimas dos matadores. Seres humanos cujas vidas foram destroçadas, que tiveram suas famílias mutiladas; pais e mães que perderam mais de um filho, executado pelos policiais criminosos; cidadãos que tiveram a ousadia de, em algum momento, pedir providências às autoridades policiais. São pessoas simples, mantidas em sigilo pelo programa de proteção às testemunhas, longe de seus Estados; não podem voltar para casa por estarem ameaçadas de morte. Muitas outras testemunhas, no entanto, não conseguiram em tempo a proteção do Estado e sucumbiram nas mãos sanguinárias dos exterminadores, que agem impunemente, numa verdadeira terra sem lei. Enfrentamos dificuldades inclusive dentro desta Casa, com diversas tentativas de obstrução do nosso trabalho por aqueles que não querem ver os mandantes dos crimes de extermínio julgados por suas ações criminosas.

No entanto, contribuir para mudar essa realidade para que o Estado Democrático de Direito possa de fato chegar à população mais humilde do Nordeste é um dos desafios desta Comissão. Não vamos nos afastar desse caminho. Esse é o nosso compromisso, para o qual não mediremos esforços. E o presente seminário pode ser um instrumento valioso na formulação de novas propostas que possam ajudar o Nordeste a varrer do seu dia-a-dia essa prática macabra. Era o que eu tinha a dizer nesta abertura.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras e senhores, este seminário é muito importante, porque é o fechamento da atividade de investigação e de propostas também para o enfrentamento do extermínio no Nordeste.



Há uma compreensão hoje, meio distorcida por parte de algumas autoridades, de não querer reconhecer a existência de crimes de extermínio nos diversos Estados brasileiros — especificamente, estamos tratando da questão do Nordeste. Inclusive, uma das propostas que faremos colocar no relatório é uma solicitação ao Congresso Nacional, às duas Casas, para que possam continuar o trabalho de investigação, agora em âmbito nacional.

Hoje, não se tem uma ação do matador que é contratado para fazer um serviço, não há mais aquela figura só do justiceiro que vai lá e mata; hoje, a ação de extermínio faz parte de um conjunto de atividades do crime organizado. Foi dito por vários policiais, por representantes do Ministério Público, por entidades de direitos humanos que, onde tem roubo de cargas, onde tem roubo de carros, onde tem tráfico de armas, tráfico de drogas, onde tem sonegação de impostos de forma articulada, acontece a ação de extermínio.

É importante lembrar o que diz resolução da ONU sobre essa ação macabra, nefasta, de pessoas que se arvoram do direito de querer tirar a vida de alguém. Resolução da ONU diz que execução sumária ocorre quando a pessoa sequer teve o direito de ser presa, julgada, condenada e pagar a pena. Ela é executada; há um tribunal de exceção que decide matar, e matar por dinheiro, matar para fazer lavagem de dinheiro. Há organizações criminosas em que há presença de políticos, de membros do Ministério do Público, do Judiciário, do Legislativo. Enfim, é uma organização que tomou conta de setores do Poder Público.

A resolução da ONU diz que a ação sumária, extrajudicial ou arbitrária é considerada ação de extermínio, que tem de ter o combate permanente do Poder Público. E, se o Poder Público não faz esse combate, passa a ser também conivente com essa ação. Então, nesse sentido é que convidamos hoje diversos órgãos oficiais, diversas entidades e pesquisadores, para que possamos agora trabalhar não mais no que chamamos de diagnóstico. Isso já temos, pelos depoimentos múltiplos. Agora se trata de como enfrentar as execuções sumárias, as ações de extermínio, para que possamos manter o Estado democrático.

Na realidade, se não as enfrentarmos, poderemos ter problemas, porque, cada vez mais, os responsáveis por elas estão assumindo posições, espaços no



Poder Público. Se não as enfrentarmos agora, poderemos ter problemas no futuro. Então, Sr. Presidente, eu queria dar as boas-vindas a todos os nossos debatedores.

A idéia era fazer 2 Mesas, só que vamos fazer uma só, para que tenhamos mais tempo para o debate. Aqui, todos vão ter o tempo para apresentar as suas questões. Depois, permitiremos o debate, porque o importante é que tenhamos propostas e alternativas para o enfrentamento dos grupos de extermínio no nosso Nordeste e, em conseqüência, no nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria de fazer um breve registro. Por 2 motivos, não contamos com a presença de Deputados neste plenário. Um, como já é tradicional, as festas juninas no Nordeste. A maioria dos colegas do Nordeste têm compromissos em seus Estados. O outro, o falecimento do ex-Governador e ex-Deputado Leonel Brizola. A Casa hoje está praticamente vazia em conseqüência do falecimento do Governador Leonel Brizola. Mas quero dizer que a vinda dos senhores é de suma importância para esta Comissão. Em virtude de contarmos com o sistema de taquigrafia, todos os depoimentos de V.Sas. serão passados para o relatório final da nossa CPI.

Tenho certeza de que a vinda dos senhores vai nos ajudar, bem como o combativo e competente Deputado Luiz Couto, com a experiência que traz lá do Nordeste, da Paraíba, como Deputado Estadual, como padre. Deputado, a Paraíba mandou V.Exa. para a Câmara Federal, e o seu Estado e os paraibanos só ganharam, e ainda vão ganhar.

Nesse tempo em que estamos trabalhando juntos nesta Comissão, foi possível atestar o trabalho de V.Exa., a responsabilidade com o social, a responsabilidade com os mais carentes. Não só a minoria ou uma parte dos Deputados e dos Senadores tinha que ter esse compromisso com os desprovidos da sorte. Não quero fazer comentários, não quero julgar ou prejudicar, nem devo, mas, muitas vezes, os mais desprotegidos são os menos olhados, até por quem de direito e de fato.

Para iniciarmos o nosso debate, passo a palavra ao Dr. Perly Cipriano.

O SR. PERLY CIPRIANO - Bom dia a todos. Quero saudar, em nome de todos aqui, o nosso Deputado Luiz Couto, um militante ativo, atuante, como cidadão e enquanto Parlamentar.



Este seminário é de extrema importância. Dá-se pouca atenção à questão da democracia, da democratização, do aperfeiçoamento do sistema e ao combate ao crime. Essas 2 coisas são entrelaçadas. Naturalmente, tráfico de drogas, de armas, roubo de carro, colarinho-branco, os grupos de extermínio e as milícias são ameaças verdadeiras à democracia, não o debate das idéias, das políticas.

Eu até queria, inicialmente, render homenagem a Leonel Brizola, essa figura histórica. Muitas pessoas dele divergiam. Acho que é normal que tenham divergência com a figura do Brizola, mas todas as pessoas têm que ter respeito pela sua história e pela sua trajetória. Poucos homens no mundo tiveram uma história tão longa de luta e de compromisso com suas idéias. Era uma das últimas figuras — eu já sou de uma outra geração, próxima da geração do Brizola — que tratava o Brasil como Nação.

Às vezes, os tecnocratas falam em exportação de soja, de ferro. Isso é muito bom, é necessário, mas temos que pensar o Brasil como uma Nação. O Brizola tinha essa capacidade e essa virtude, que devemos compreender e assumir. Divergências podemos ter, mas é preciso respeitar e valorizar essa figura histórica.

A consolidação da democracia — e o Brizola teve um papel importante nisso — tem a ver com essas lutas. Este seminário é extremamente oportuno. Vamos realizar a partir do dia 29 agora, até o dia 2 de julho, em Brasília, a Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Essa conferência tem como tema o *Sistema Nacional de Direitos Humanos*. Trata-se de articular o Poder Público e a sociedade civil, nas suas diversas instâncias, para constituir um sistema neste País, um sistema que possa prevenir, promover, reparar e, eu diria, apurar e punir aqueles que violam direitos humanos. Portanto, é um seminário que se realiza em momento extremamente oportuno.

O Presidente Lula já confirmou presença nessa conferência. Ela foi realizada em todos os Estados e no Distrito Federal, 60% da sociedade civil, 40% do Poder Público. É importante que, nessa conferência, aprovemos algum documento sobre a questão do crime organizado e, em especial, dos grupos de extermínio. Não existe no Brasil nenhum... O crime organizado não existe sem a presença, às vezes maciça, do Poder Público. Não há lugar, no que diz respeito a tráfico de drogas,



roubo de cargas, grupo de extermínio, que não tenha a mão, o pé e, às vezes, a cabeça do Poder Público.

Os 2 exemplos mais contundentes neste País são o Acre — vimos Parlamentares, Juízes, Promotores, empresários e polícias envolvidos no crime; já era um Estado paralelo — e o Espírito Santo, de onde sou. É a mesma situação: o Presidente da Assembléia envolvido com o crime, Desembargador, Juízes, Promotores, Policiais Militares, Civis, o empresariado.

Estou citando o Poder Público porque, do ponto de vista desse empreendimento, essa é uma luta extremamente difícil, que se procura, às vezes, ocultar. Eu conheço a batalha do Deputado Luiz Couto e vejo que ele tem uma indignação sagrada. É comum se chegar ao Estado e uma pessoa dizer: *“Aqui não tem crime organizado, aqui não tem grupo de extermínio”*. Ele me mostrou o documento do Ceará.

No Ceará, há denúncia segundo a qual mais de 45 mulheres foram assassinadas mais ou menos com o mesmo procedimento, só na área do Cariri. Não é uma mulher, ou duas. Uma pessoa, um sádico, poderia eventualmente cometer 2 crimes idênticos. São 45 ou mais, e não só de mulheres. Crime organizado e grupo de extermínio existem no Ceará. Os nossos registros indicam tantos Estados onde há grupo de extermínio, 14, 15. Eu não tenho todos esses dados em mão; agora, com certeza absoluta, são muito mais do que 14 Estados. E não existe apenas um grupo de extermínio no Estado. Quando se fala em grupo de extermínio, trabalha-se com a lógica de que existe um só. Às vezes, o grupo de extermínio inicia a atividade — a expressão talvez seja grosseira, mas é essa — com matança de jovens, para não perturbarem os supermercados, os *shoppings* etc. Começa ali, é algo aparentemente mais simples. Depois, ele se articula com roubo de cargas, tráfico de drogas, tráfico de armas, se articula com políticos e policiais. Em todos há essa articulação. Às vezes, até guarda-costas de alguns políticos são de grupo de extermínio.

Eu já vi no Espírito Santo comissários de menores. Essa expressão já não existia. Mas eram mantidos. Uma juíza tinha os comissários de menores. Todo mundo fardado. E pessoas dos grupos de extermínio deveriam ajudar, proteger os



adolescentes. Faziam inclusive — como eles chamavam lá — batida nos morros. Grupo de extermínio tinha uma farda, direitinho.

Então, nós precisamos trabalhar. A Secretaria Especial de Direitos Humanos já criou algumas comissões, uma comissão do CDDPH que tratava do crime organizado, em especial dos grupos de extermínio na Bahia, que envolviam policiais, políticos, um processo complexo. Também foi constituído um grupo. Eu disse que há grupos que têm ação menor, mais limitada, e existem as articulações.

Então, no mesmo Estado, encontra-se mais de um grupo de extermínio. Não é verdade que só exista um, tem mais. Pernambuco e Paraíba tinham uma articulação interestadual. Era um Estado e o outro. Havia policiais militares e civis e, naturalmente, outras pessoas que não são policiais que matavam e estabeleciam essa inter-relação dos 2 Estados. A Secretaria criou uma comissão — eu fiz parte dela —, e a pessoa que mais incentivou esse empreendimento foi o nosso Deputado Luiz Couto. Essa comissão fez um levantamento preciso nesses 2 Estados. Foi criada uma força-tarefa que articulava o Poder Público nos 2 Estados e o Governo Federal, o Ministério Público, a Polícia Federal, os Secretários de Segurança. É uma força-tarefa que ainda está em andamento.

Mas não basta criar uma força-tarefa. O assunto não se encerra aí. É necessário que pressione e continue a atenção. A sociedade precisa estar atenta. Essa força-tarefa já fez um bom trabalho, mas é insuficiente em relação à articulação desses crimes. São 2 Estados. Já é uma característica diferente. Ela tem uma característica, atinge os 2 Estados. Mas temos também problema no Sul. São Paulo tem muitos grupos de extermínio. Já existe também uma comissão da Secretaria acompanhando os grupos de extermínio em São Paulo.

Se circularmos o Brasil inteiro, é bem provável que verifiquemos que há grupos de extermínio com um grau maior de organização, de complexidade e de envolvimento com outros tipos de crime — roubo de cargas, tráfico de armas, de drogas, colarinho-branco. Se não agirmos agora, eles vão ter a mesma complexidade daqueles do Espírito Santo. Então, essa é uma preocupação imensa. É preciso combater os grupos de extermínio, as milícias armadas. É muito comum se acobertar.



É possível existir uma guarda dentro da lei, que a Polícia Federal acompanhe, com normas. Mas existem milícias. Creio que há 1 ano e pouco, em São Paulo, falavam da questão do Pontal do Paranapanema, das ocupações, dos assentamentos.

Apareceu na *Globo* — não foi na esquina, ninguém nos falou disso pelo telefone ou pelo celular, foi na *Globo* — um grupo de pessoas encapuzadas, com armas de porte, que possivelmente não foram compradas no Brasil, são oriundas de tráfico de armas. Essas pessoas, armadas, encapuzadas, diziam que iam fazer justiça com as próprias mãos. Isso aconteceu também no Paraná. Vejam bem a complexidade. Até hoje, não foram localizadas nem as armas nem as pessoas que as portavam. Isso ocorreu com frequência no Paraná e em outros Estados também.

Então, é necessária uma articulação ampla do Poder Público e da sociedade civil. Eu acho que esse é um trabalho que o Deputado Luiz Couto faz, acompanhado de outras pessoas. Há necessidade de inteligência no combate ao crime organizado.

Se as Polícias Militares, que às vezes vivem bisbilhotando a vida alheia, se capacitassem e investigassem os grupos de extermínio, localizariam, possivelmente, alguns parceiros da sua categoria. É preciso um trabalho digno de investigação, a ser feito pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal e, creio, pela ABIN.

Tenho agora uma esperança muito grande. Nós temos sempre que nos alimentar de esperança. No dia em que o ser humano não tiver mais esperança, é bem provável que ele não possa ter mais um dia de vida. Agora, com essas medidas, foi anunciado pela imprensa algo parecido com uma guarda nacional. Vejo isso com bons olhos, grupos destacados na Polícia Federal, com preparação que vai além da preparação tradicional.

As Polícias têm que ir se aperfeiçoando. A Polícia pode ser muito especializada em combater uma série de crimes, mas, às vezes não sabe, por exemplo, lidar com índio. Então, que fosse altamente capacitada, especializada. E já existe técnica no mundo, e a técnica é respeitar os direitos humanos, não ficar bisbilhotando a vida alheia, como tradicionalmente no Brasil se faz. Realizam gravações para fazer chantagem com as pessoas.



É necessário que se cumpram essas regras. Com a articulação de grupos de policiais militares e civis de elite — a palavra elite é muito complicada, em preferiria que fossem chamados de mais sérios; em todo caso, vamos admitir que sejam de elite — capacitados ao enfrentamento do crime organizado, aí, sim, poderíamos dizer que os grupos de extermínio teriam vida curta.

É preciso haver inteligência, técnica e também o envolvimento da sociedade nas denúncias. Quase sempre, a sociedade civil vê, sente, porque ela é a vítima, de maneira precisa denuncia, e aí o Poder Público se movimenta.

No Espírito Santo foi assim. Para combate à violência e defesa da democracia, já tivemos vários instrumentos no Espírito Santo. Ultimamente, era o Reage Espírito Santo, que foi capaz de articular as denúncias e trazer para um fórum, embora informal, a Polícia, Juízes, Promotores, a OAB, sindicatos, associações, igrejas, para tentar uma ação articulada.

Essa ação resultou até no pedido de intervenção no Espírito Santo, que não foi efetuado na época. Isso, depois, foi substituído por uma força-tarefa que desempenhou importante trabalho.

Já vou encerrar, mas quero, primeiramente, compreender que os grupos de extermínio não se encerram em si mesmos. Eles vão além desses limites. Agora, quando veio a relatora da ONU, depois de uma audiência pública onde ela esteve presente, uma pessoa que lá estava foi assassinada. A pessoa fez denúncias e foi assassinada, outros foram ameaçados.

Então, nós precisamos trabalhar. Primeiro, a inteligência precisa se estabelecer. Eu tenho muita esperança em que essa articulação que o Ministro da Justiça anunciou seja um passo importante.

Outro passo importante — eu serei muito rápido nessa questão — é a constituição de um sistema de proteção. Temos um sistema de proteção à vítima e à testemunha já em 17 Estados. Tem que se proteger a testemunha e seus familiares. Quem vai depor, se não tiver segurança? E grupo de extermínio não é apenas uma briga de vizinho.

Então, é necessário que tenha um sistema. Nós temos 17 Estados com os PROVITAs, com a proteção à vítima e à testemunha e aos seus familiares, que possa assegurar a uma testemunha essa garantia. Nós temos o Serviço de Proteção



ao Depoente Especial — SPDE, que é ligado à Polícia Federal. Precisa estar presente em mais Estados, para constituir efetivamente um sistema nacional. Já temos uma área que cuida do adolescente ameaçado de morte.

Hoje, só há essa experiência no Espírito Santo e em Minas. Precisa ser estendida a outros Estados, porque são os jovens as principais vítimas dos grupos de extermínio. Grande parte das matanças de adolescentes no Brasil normalmente são feitas por grupo de extermínio. Eu já acompanhei isto no Espírito Santo: às vezes, são comerciantes, empresários que articulam nesse sentido.

É necessário também constituir um sistema de proteção ao condenado, ao preso que queira colaborar para desmontar o crime. Não basta pedir a um preso que ele vá e denuncie aquelas pessoas que fazem parte de grupo de extermínio, porque, senão, ele vai ser exterminado também na prisão. É preciso criar dentro dos presídios um sistema que permita assegurar a vida dessas pessoas, deslocá-las de um Estado para o outro. O delegado e o juiz têm de compreender que esse preso é diferente de um outro preso que apenas cumpre pena. Ele precisa de outro grau de proteção. Todos têm que ter proteção e respeito, mas esse precisa de algo mais; se necessário, deve ser deslocado rapidamente.

Com freqüência recebemos notícia de que uma pessoa quer fazer um depoimento, e tem medo: “*Se eu fizer, eu...*” Teme ser assassinada. Então, é preciso pensar nisso. Tráfico de seres. Temos muito isso no Brasil. É um número muito grande de crianças, adolescentes, mulheres. É preciso trabalhar com essa lógica.

E, por último, um sistema de proteção aos defensores de direitos humanos. Estamos bastante avançados nesse sentido: já produzimos manual, estamos realizando discussões e seminários e buscando articular esse sistema. É preciso articular essas diversas áreas como num sistema. Mas é um sistema que precisa do Parlamento, porque leis necessitam ser alteradas, precisa dos Juízes, que têm de compreender a situação, não podem levar para o programa de proteção à vítima e à testemunha alguém que já matou 30.

Há aí certa confusão, ao se querer enfiar essa pessoa no programa, que não a comporta. É preciso se fazer um debate amplo com o Ministério Público no Brasil, porque, em alguns Estados, lamentavelmente há pouca compreensão do papel desse sistema. Portanto, tem que ser um sistema criado por nós, mas também



valorizado e respeitado por nós. Eu já vou encerrar. Essa conferência pode nos ajudar. Nós devemos fortalecer o sistema de proteção à vítima e à testemunha e criar um sistema articulado. Que o Poder Público, em nível federal e estadual, tenha um compromisso. No Paraná, estamos com alguns problemas.

Nós estamos querendo implantar o PROVITA. É o Estado que tem o maior índice de pessoas pedindo proteção. E estamos tendo dificuldade. Nós temos o recurso. Portanto, não é por falta de dinheiro — a tradição no Brasil é que falta dinheiro. Temos o recurso, e não estamos conseguindo.

Estamos trabalhando, empenhados, no sentido de resolver essa situação. Um pouco com uma visão de que uma ONG não poderia fazer parte desse sistema. Nós estamos dizendo que é possível. Tem havido essa experiência no Brasil inteiro, com excelentes resultados. Então, nós temos que vencer algumas resistências.

Às vezes, os Governadores anunciam até que têm um sistema de proteção — não vou citar nenhum Estado —, e ele realmente, o Governador, não assumiu, nem tem, nem fez, nem contribui, e anuncia que tem um sistema de proteção. Então, nós precisamos dizer o seguinte: deve-se saber precisamente o que cada Estado e o Governo Federal cumpriram de suas atribuições.

O CDDPH tem recebido essas denúncias de maneira regular. O Deputado Luiz Couto é uma pessoa que o frequenta com imensa regularidade, trazendo denúncias deste Brasil inteiro, fruto do seu trabalho. Será agora transformado no Conselho Nacional de Direitos Humanos. Já passou na Comissão de Justiça lá no Senado. Eu espero que seja votado nos próximos dias. É um substitutivo. Será um avanço, do ponto de vista dos direitos humanos, muito grande. Fazendo a adequação com os princípios de Paris, nós vamos avançar muito.

Então, eu acho que é uma tarefa de todos nós. Então, quero parabenizar a realização deste seminário. É uma tarefa difícil, não é simples, mas ela precisa ter esse envolvimento de todos nós.

Era só. Muito obrigado. E justifico que o Ministro Nilmário não pôde vir porque essa noite nasceu a neta dele. E neta é algo extremamente importante para todos nós. Eu não tenho, mas já fico esperando que venha um dia. Então, é uma justificativa. Não teve condição de comparecer. Pede desculpas por não estar presente. E eu peço desculpas, devido a um pouco do imprevisto que foi feito



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. Isaías Santana da Rocha.

O SR. ISAÍAS SANTANA DA ROCHA - Sr. Presidente, demais autoridades, Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, a exemplo dos outros que me antecederam, gostaria também de manifestar meu reconhecimento pela contribuição que deu o grande estadista Leonel Brizola para a consolidação da democracia no Brasil.

Acho importante a realização deste seminário. Nós, do Espírito Santo, fomos também contemplados com a visita desta Comissão. Creio que a realidade da atividade de execução sumária no Nordeste brasileiro não é diferente do restante dos Estados da Federação. Mas imagino como isso deve acontecer no Nordeste, onde o coronelismo ainda é uma relíquia. Como sempre foi uma região castigada, muitas vezes pela irresponsabilidade das direções políticas que lá se perpetuam, dá para calcular como isso deve acontecer por lá.

Fica difícil falar de execução sumária porque nós, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, temos uma relação de denunciamento contra as instituições constituídas, principalmente as organizações policiais. Isso é resultado de um trabalho que estamos realizando, e começamos desde o início da década de 90, quando instituímos um banco de dados em âmbito nacional sobre violência e homicídio no Brasil. Fizemos essa pesquisa em âmbito nacional. Em 1993, lançamos, no Espírito Santo, do ponto de vista nacional, a Campanha Nacional contra a Violência e a Impunidade.

Com todo esse acúmulo que fizemos, identificamos a existência do crime organizado nas estruturas dos Poderes do Estado, assim como conseguimos identificar grupos de extermínio, grupos de justiceiros e toda essa forma de ação para eliminar pessoas.

A partir da experiência vivida no Espírito Santo, conseguimos convencer as pessoas. Há apenas alguns desavisados que até hoje não querem admitir a existência do crime organizado. E nós, na década de 90, tivemos dificuldades de convencer as autoridades constituídas.

Mas hoje é uma questão nacionalizada, popularizada, admitida pelo próprio Presidente da República, por várias autoridades e até pelas pessoas mais simples



de nosso povo. Hoje se consegue identificar a existência de crime organizado no aparelho estatal como um todo e até no meio empresarial. Isso não é novidade porque aqui mesmo no Congresso Nacional já existe essa discussão. Então, é de conhecimento público.

Há um resumo nos bancos de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos, uma pesquisa feita em todos os Estados da Federação. Aparece com muita nitidez como é que isso se estruturou no Brasil.

Talvez eu tenha uma certa resistência de falar porque no Espírito Santo, Estado onde resido, como um dos coordenadores do Movimento Nacional de Direitos Humanos, já recebi 3 interpelações judiciais — uma do Comando Geral da Polícia Militar, outra do Clube dos Oficiais e outra da Associação dos Cabos e Soldados — porque denunciei.

Tentei várias vezes alertar o GGI, Grupo de Gestão Integrada de Segurança Pública, que substituiu a Missão Especial no Espírito Santo, para a necessidade de se apurar a existência de crime organizado. Precisava haver uma ação mais forte nas estruturas policiais, até mesmo para preservar e dignificar aqueles homens e mulheres sérios que trabalham nessas instituições. Isso não foi feito por parte do Governo do Estado, não houve uma ação mais efetiva para que se entendesse que a nossa polícia não poderia trabalhar daquela forma. Então, denunciei a existência de grupo de extermínio dentro da estrutura da Polícia Militar no Estado, em todos os batalhões e em algumas companhias. Por isso, recebi 3 interpelações judiciais.

Fico também sentido com isso porque vejo dentro das instituições policiais pessoas que se destacam porque querem que a polícia realmente cumpra a sua função. Há um esforço muito grande das pessoas no sentido de resgatar a instituição, assim como há também no Judiciário, que hoje, para mim, está travancando o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. A morosidade do Poder Judiciário brasileiro transforma-o em uma instituição muito fragilizada e até mesmo despreparada para uma sociedade do século XXI. Parece-me que esse Poder está com quase um século de atraso e ainda possui muitos vícios da supremacia de poder.

Diante desses questionamentos, dessas dificuldades, pensamos: o que fazer para que possamos efetivamente resgatar as nossas instituições, seja o Poder



Executivo, o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário? Principalmente na área policial, o militarismo e os coronéis constituíram um poder antes, durante e após o regime militar. Isso tem dificultado uma intervenção do Estado, que deixou que essas organizações assumissem, por sua conta e risco, todos os espaços.

Hoje o oficialato brasileiro possui um poder político e um poder econômico muito fortes. Quando encerram sua carreira institucional, quando terminam o seu trabalho nas instituições, como coronéis, adquirem um poder econômico muito forte e procuram envolver-se com outros poderes. Procuram ser promotores ou procuradores de Justiça; disputam a vaga de juízes; montam grandes escritórios de advocacia ou, então, se tornam grandes empresários, principalmente na área da segurança privada. Esse arcabouço de poder que eles conseguiram durante décadas faz com que hoje tenham uma intervenção muito forte e façam parte da elite brasileira como empresário moderno, mas ligado a esse capitalismo, a esse neoliberalismo selvagem.

Para nós, militantes e dirigentes do Movimento Nacional de Direitos Humanos, é difícil estabelecer que tipo de intervenção pode ser feita por parte do Estado para realmente controlar essas instituições, pelo poder que elas representam, e reformar essa política. Essa é a grande dificuldade.

Este questionamento já existe nas Assembléias Legislativas e aqui na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional: como reformar as nossas forças policiais, que estão, de certa forma, na contramão de um Estado Democrático de Direito?

Apesar de todo o empenho, até hoje essa questão não foi resolvida. Talvez a alternativa que nos sobra agora, mas ainda estamos discutindo, apesar de já ser uma decisão do Governo Federal, sejam as guardas municipais, no sentido de buscar a forma de construir uma força de segurança ao cidadão dentro do Estado Democrático de Direito.

Esforços têm sido feito no sentido de contribuir com os Estados, por meio da nossa rede de entidades, na orientação das polícias no que se refere aos direitos humanos, mas estamos encontrando uma série de dificuldades em virtude da formação histórica da polícia, de toda a forma errada de atuação do Estado, que permitiu que nossa força de segurança seja o que é hoje. Se verificarmos no banco



de dados, perceberemos que há participação do agente público, principalmente da área de segurança, na questão das execuções sumárias e outras formas de criminalidade. Isso existe pela fragilidade e permissividade institucional.

Por outro lado, nós não percebemos a existência de mecanismo de controle. Sejam as corregedorias, seja qualquer outra estrutura de disciplina interna das nossas instituições, não dão conta. Podemos afirmar que o Estado não tem controle sobre suas polícias, assim como as pessoas que estão nos postos de comando também não têm controle. Fazem aquilo que dá na cabeça, porque realmente não há um controle por parte da instituição sobre as suas forças policiais.

A cultura da violência, a cultura da esperteza tomou conta de nosso País. E isso incentiva. Mesmo aqueles agentes que não têm intenção de ter relação com o crime, diante da fragilidade das instituições, seja ela civil ou militar, acabam sendo empurrados para a criminalidade. E aqueles que já têm a intenção, ficam mais fortalecidos.

Nossa esperança era que neste modelo de Governo que estamos vivendo e com as mudanças feitas nas políticas dos Estados, que são responsáveis pelas polícias estaduais, houvesse uma intervenção mais forte do Poder Executivo. Tínhamos esperança de que todo mundo entendesse que violar direitos humanos, como a prática de execução sumária, tortura e outras formas de atrocidade contra a população, não seria mais permitido. Mas isso ainda não é a realidade. A prática de tortura e de execuções sumárias e extrajudiciais existe em todos os Estados.

E quando se consegue avançar um pouco nisso, a posição do Poder Judiciário realmente nos deixa decepcionados, porque as coisas não se dão da forma como gostaríamos.

Então, por essas experiências vividas e por intermédio das nossas entidades, que estão na ponta de onde essas violações acontecem, afirmamos que o sistema penitenciário brasileiro ainda é um campo de concentração e de exclusão social de pobres, negros e mulheres.

Todo dia vemos no sistema penitenciário as execuções, a ação do crime de dentro para fora. Não há um censo penitenciário, o Brasil não conhece sua comunidade penitenciária. Não se sabe quem são os criminosos ou os verdadeiros



criminosos. Temos uma avaliação por meio de algumas experiências de alguns Estados.

Antes, eram divulgadas nos meios de comunicação, nas revistas e jornais, tabelas com o preço da execução sumária: quanto vale matar um executivo, um Deputado, um padre, enfim, essas pessoas. Hoje isso já se reverteu. Parece que, com a repressão que houve por intermédio do Ministério Público Federal e com a contribuição da Polícia Federal no combate à cúpula do crime organizado, houve uma descapitalização. A ação da pistolagem cara, da força de trabalho qualificada está sendo trocada pela força de trabalho desqualificada, inclusive usando crianças e jovens para as execuções. E há a participação de advogados nessas organizações criminosas. Isso está invertendo um pouco a ordem, o que, de certa forma, nos preocupa.

Nossa expectativa, com essa experiência que esta Comissão acumulou ao viajar por diversas regiões do País, particularmente o Nordeste, e com a contribuição que a Dra. Asma Jahangir deu com seu relatório e com outras ações articuladas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da ONU e todas as organizações da sociedade brasileira, é que encontremos um caminho que acabe com essa prática de execução, essa prática de atrocidades a que está submetida a população mais desfavorecida do Brasil. Percebemos a criminalização da pobreza, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento econômico e social não trouxe qualquer retorno para essas pessoas, para esse setor desfavorecido da população.

No âmbito dos Estados e do Governo Federal, o que percebemos é que o pensamento na macroeconomia, no macrodesenvolvimento, não tem resgatado esses setores da sociedade. Não estão sendo adotadas políticas sociais. Há ausência do Estado em todos os níveis, seja União, Estado ou Município. As ocupações são só de repressão, não existem as ocupações sociais; a ocupação é militar, exemplo do Rio de Janeiro e de outros Estados, sem de preocupar com a ocupação social e cultural.

Inverter essa lógica é o grande desafio. Nossa expectativa é que possamos, por meio de nossa rede nacional de entidades, de nossa rede de parceiros da sociedade civil, trabalhar em parceria com as organizações, seja o Poder Executivo, o Legislativo e também o Judiciário, porque é uma parte na qual não temos muita



intervenção. Partimos do princípio de que o controle social deve ser exercido em todos os Poderes, por intermédio da sociedade, seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário.

O Judiciário ainda se apresenta como um entrave, com muita dificuldade de penetração. Entendemos também que a ação do Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, também carece de ser um pouco mais analisada, principalmente onde houve uma intervenção e um trabalho articulado, como no Espírito Santo, na Missão Especial. Lá seria um laboratório para o Brasil, porque com a ação articulada entre as principais instituições federais e com o apoio da sociedade civil conseguimos resgatar parte da organização de instituições locais. Isso serviria de exemplo para o Brasil no combate ao crime organizado.

Realmente, tivemos uma contribuição muito importante do Ministério Público Federal, mas na era Fonteles as nossas orientações no Fórum do Espírito Santo não prevaleceram, assim como não prevaleceram para o Ministro da Justiça. E foi desmontada a Missão Especial, substituída por outros mecanismos, que também não obtiveram êxito. E o crime organizado começa a rearticular-se tendo em vista a aproximação das eleições municipais.

Acredito que essa também deve ser a realidade em todo o Brasil.

Continuaremos a lutar por meio de nossas redes e entidades espalhadas por todo o Brasil e do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos. Há grande expectativa em torno da Conferência Nacional, que está para acontecer. Continuaremos lutando, mas são muitas as dificuldades.

Há muitas propostas e muitas instituições voltadas para o combate a todas as formas de criminalidade, principalmente as execuções sumárias, crime diretamente contra a vida.

Agradecemos a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Inicialmente, gostaria de agradecer o convite aos Deputados Bosco Costa e Luiz Couto. Gostaria também



de me somar à homenagem ao grande estadista Leonel Brizola e saudar todos os componentes da Mesa e os que estão aqui presentes.

Sinto-me muito à vontade para falar desse tema, até porque venho pesquisando sobre ele já há alguns anos, precisamente há 5 anos. Sou do Estado que o Dr. Perly Cipriano citou como o Estado — há aqui inclusive o ofício dado pelo nobre Relator — em que não existe grupo de extermínio, o Ceará.

Seria uma piada? Um piada de mau gosto? No ano passado, no Estado do Ceará, cerca de 120 pessoas morreram, foram assassinadas com indícios de crimes de pistolagem. No entanto, um documento diz que, no Estado do Ceará, não existe grupo de extermínio nem semelhantes.

Mas voltando ao Dr. Perly, quando falou sobre o combate policial a esses grupos de extermínio — e no Ceará, infelizmente, temos um número crescente —, acho que na propositura que o Relator quer que os componentes da Mesa apresentem — quer dizer, saiu daquela fase de diagnóstico e agora é a fase de propositura — um dos vieses que poderíamos citar seria a polícia agir de forma inteligente.

Temos, no Estado do Ceará — vou-me reportar mais precisamente ao Ceará —, seções de inteligência da Polícia Militar, 2ª Seção. Temos também a seção de inteligência da Polícia Federal, que o Delegado Sidney pode melhor nos relatar. Temos também a Polícia Civil, que trabalha com a inteligência, mas, infelizmente, nem sempre essa inteligência é usada em toda a sua força.

Por exemplo, a propositura de uma força-tarefa sem o auxílio de uma força que trabalhe também com a inteligência, com a investigação, seria chover no molhado, não adiantaria nada.

Antes de passar para uma outra fase de propositura, eu gostaria, pelo ranço acadêmico que tenho, de ler um pouquinho um trabalho que fiz sobre um pequeno diagnóstico do Ceará, envolvendo também a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

Fiz um recorte dos últimos 22 anos sobre esse tipo de ocorrência criminal no Estado do Ceará e dos últimos 5 anos na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e vi que havia conexões. Em muitos crimes que ocorriam, e que ainda ocorrem no Ceará, os criminosos se homiziam na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Ocorre também o movimento contrário: matadores que agem no Rio Grande do Norte e na



Paraíba se homiziam no Ceará e têm como preferência a Chapada do Apodi, que é um campo de ninguém; não existe policiamento na Chapada do Apodi.

Isso seria, dentro desse diagnóstico, uma propositura. Por que só colocam o policiamento na Chapada do Apodi quando há 2 chacinas, na cidade de Limoeiro do Norte? Ano passado, tivemos uma chacina na cidade de Limoeiro do Norte em que foram vitimadas 8 pessoas; 7 morreram. Tiveram o pavilhão auricular cortado, colocado na boca e foram exterminadas com um tiro na cabeça. Houve a morte de um radialista, o Nicanor. Quer dizer, houve tantas outras mortes! Aí, o Governo do Estado pediu auxílio à Polícia Federal, colocou a Polícia Militar e a Polícia Civil na região, com um helicóptero que passeava na região. As pessoas diziam que aquele helicóptero, inclusive, levava pessoas para passear na Chapada do Apodi e que não era utilizado para investigar o caso.

A Chapada do Apodi é uma terra de ninguém, é uma região periférica de ninguém.

Sempre tentei compreender por que, quais são os códigos de conduta, os códigos de honra que perfazem os grupos de matadores e os matadores. E existe no Estado do Ceará um código tão arraigado, uma ética, digamos assim, um código de honra tão medieval que os matadores, se o contrato de morte estiver assinado, não voltam atrás, mesmo que a pessoa ofereça uma quantidade maior para aquele contrato se desfazer. O contrato, uma vez tendo sido feito, é assinado no campo da honra.

Então, eu gostaria de falar rapidamente, para entrar nas proposições. Também foi falado aqui do crime organizado. Atualmente, os matadores do Estado do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estão atrelados na prestação de serviço ao crime organizado.

Que tipo de crime organizado? Vou citar um exemplo. A quadrilha de “cartãozeiros” que existia no Ceará — aliás, ainda existe —, uma das maiores, foi presa ano passado. O líder dessa quadrilha já está em regime semi-aberto. Em questão de meses ele, que acumulou uma grande fortuna, já está em regime semi-aberto. Nessa quadrilha existia lavagem de dinheiro e sonegação de impostos, evidentemente. Os matadores prestavam serviço a essa quadrilha. Dois bandidos dessa quadrilha a que me refiro estão presos: André Panelada e outro cujo nome



não recordo. Eles faziam queima de arquivos, acertos de contas, vinganças e pistolagens na região.

Como pode haver uma investigação ministerial e uma investigação policial em cima desse tipo de crime organizado? Como fazer para que o Ministério Público não seja amordaçado, com a tal lei da mordaza, e tenha mais altivez? Devemos dar cada vez mais crédito ao Ministério Público. Se nós o amordaçarmos não teremos investigação ou teremos uma pequena investigação, como ainda é feita muitas vezes no Estado do Ceará, e calculo que na Paraíba e no Rio Grande do Norte, quando policiais militares fazem as vezes de delegado de polícia. Isso existe muito no Estado do Ceará; são poucas delegacias de polícia.

O *modus operandi* característico é sonegação, lavagem de dinheiro, assalto a banco, assalto a carro-forte, roubo de cargas, desvio de carga, roubo de caminhões. Uma investigação, uma força-tarefa para investigar esses acontecimentos criminosos seria de vital importância, mas uma força-tarefa — repito — que trabalhasse com inteligência e não com truculência.

Dado muito interessante que coletei nas minhas pesquisas é a teia organizatória desses grupos. Ela é até centenária. Mas existe umas figuras, uns personagens nessa teia de vital importância. Por exemplo, existe o mandante ou o cabeça desse crime organizado; existe o intermediário ou o agenciador, aquela pessoa que vai ficar entre o mandante e o matador; existe o protetor ou o apoio do criminoso, que não necessariamente vai estar diretamente ligado ao grupo mas está certamente ligado ao grupo; existe a figura do apontador, que é aquela pessoa que levanta, faz o levantamento da vida da vítima; e existe, por último, o matador de aluguel.

Uma coisa muito interessante, e poderia ser feito um trabalho de investigação, de inteligência, é o protetor. Esse protetor muitas vezes pode ser um grande latifundiário, pois as armas são escondidas até embaixo da terra; pode ser um político, um advogado, quer dizer, uma figura que passa como um cidadão de bem na sociedade e no entanto dá apoio àquele grupo.

Uma coisa também interessante é que acho que existe um mercado propício no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte para que haja esse tipo de crime.



Vou citar um exemplo da cidade de Tabuleiro do Norte, conhecida como “Tabuleiro da Morte”, que faz parte da região do Vale do Jaguaribe. Tabuleiro do Norte é conhecida como a cidade dos caminhoneiros. Os caminhoneiros chegam ali com todo tipo de carga, principalmente o chamado ouro negro, o pneu. Quando eles chegam lá — não são todos, evidentemente —, dentro de muitos desses caminhões existem armas; eles podem também levar o matador para outro Estado, o que na linguagem dele é chamado de troca de boi, troca de gado. Eles podem trazer e levar armas e pistoleiros. Ao mesmo tempo, esse mesmo caminhoneiro é o que é assaltado nas estradas, nas BRs e CEs, que estão sucateadas.

Um outro dado: os calibres das armas que geralmente são encontradas na mão desses grupos organizados de matadores do Estado do Ceará. Pelo que eu tenho visto, são armas de uso privativo das Forças Armadas. Caberia uma investigação — em outra ocasião eu até disse isso aqui na CPI — de onde vêm essas armas. Um dos caminhos, com certeza, é através dos caminhões que chegam a Tabuleiro. Digamos que essa é uma das vias, existem várias outras. Mas aí você diria: a arma está aqui, e a munição dessa arma? Arma sem munição não funciona. Todo matador é tido matador pela precisão do tiro. Para ter precisão no tiro ele precisa ter um treinamento. Então, ele precisa de muita munição. E de onde vem essa munição? De onde vêm essas armas privadas?

Caberia uma investigação, volto a falar, da inteligência da polícia e não da truculência da polícia. Não adianta, penso eu, dizer: “*Vamos fazer um curso tático na Polícia . Vamos armar, vamos dar viaturas novas*“. Acho que não adianta colocar uma roupa nova num corpo sucateado. Sem um trabalho de inteligência esses crimes vão continuar ocorrendo sem qualquer tipo de controle.

Nos primeiros dias do ano de 2003, uma Hilux entrou na cidade de Limoeiro do Norte com homens encapuzados. Já tinham cometido um assassinato nas proximidades do Município. Entre 5 e 8 pessoas entraram na cidade de Limoeiro do Norte, em plena luz do dia, encapuzadas, e eliminaram uma pessoa no chamado Mercado da Carne. Quando eles foram dar partida no carro para ir embora, o carro não pegou. Passaram mais de 30 minutos na cidade para colocar esse carro em funcionamento. Não apareceu polícia, não apareceu ninguém. Até hoje não foram apontados os responsáveis por essa morte. E existem vários casos iguais a esse.



Uma das pessoas que estava fazendo parte dessa comitiva, desse comboio, foi reconhecida por um transeunte. Esse transeunte tinha namorado a irmã do homem que estava dirigindo o carro — outra coisa, sem conhecer os códigos de conduta e de honra do homem nordestino não cabe a uma força-tarefa agir; como pode a polícia entrar dentro do local sem conhecer os códigos de conduta? Então, o transeunte tinha namorado a irmã do motorista; ela tinha engravidado e ele não casou. Eles trocaram um olhar entre si. Esse rapaz que avistou o condutor do veículo passou a ser perseguido e levou o caso à polícia. Fez um boletim de ocorrência e disse: *“Olha, tem 2 caras de moto me perseguindo”*. Dois dias depois os 2 caras de moto o mataram. Eu não me recordo do nome dele, mas ele está no rol de várias pessoas que somem no Estado do Ceará, que aparecem mortas e não temos os responsáveis pela autoria do delito.

No entanto, se colocarmos uma polícia que tenha armas melhores mas que não tenha uma linha de raciocínio, de inteligência, essas mortes vão continuar ocorrendo.

Outra questão. Durante o julgamento de um crime com indícios de pistolagem, os quesitos são feitos pelo Ministério Público. O juiz colhe aqueles quesitos do Ministério Público. Ocorre que existem pessoas que estão sendo julgadas e está faltando entre os quesitos a paga ou a promessa de recompensa, uma característica do crime de encomenda. O criminoso pode ser apenado a 15 ou 17 anos, mas se falta esse quesito, não houve mandante daquele crime. Se não houve mandante, como se vai pegar a ponta do *iceberg*, que são os autores intelectuais? É algo difícil. Como a CPI poderia interceder? Não há como, mas isso também está acontecendo no Estado do Ceará. Quer dizer, não se colocam entre os quesitos a paga ou a promessa de recompensa.

Por último, porque não me quero alongar, caberia uma análise para saber se a federalização desses crimes de encomenda poderia ser uma alternativa viável para começar a dismantelar essa teia de organização. Ou seja, a polícia agiria com inteligência; não sei se seria o caso de federalização, mas seriam formas de investigação do comércio de armas e munição.

Volto a afirmar que uma força-tarefa que não conheça os hábitos, a cultura local, do homem local, talvez não tenha tanto êxito. Existe não só no Ceará, mas no



Nordeste, a idéia de que quem mata é homem. Em Limoeiro do Norte, muitos deles cometiam os crimes não mais acobertados pelas balaclavas nem pelos capacetes, mas de cara limpa, como eles falam. Eles cometiam o crime e depois iam para as rodas e diziam: “*Olha, eu matei aquele outro*”. “*Eu matei dois*”. É uma forma de dizer: eu sou mais homem do que você.

Eles criaram também — isso qualquer criminoso faz isso — um glossário de termos. Eles não criaram da noite para o dia. Está inculcado, enraizado na cultura daquele tipo de crime. Eu já coletei mais de 200 termos. Eles podem falar aqui com um de nós, leigos, e não entendermos nada. Um policial pode entender alguma coisa, mas um leigo dificilmente entenderia. Eles dizem assim: “*Olha, derrubou*”. Derrubou o quê? Derrubou o homem? Derrubou o boi? Eu entrevistei 50 pistoleiros; dos 50, 48 eram vaqueiros de profissão ou por esporte. E eles usam os termos da vaquejada como forma de ocultar o linguajar deles.

Então, uma força-tarefa tendo *pari passu* uma pessoa que culturalmente decifrasse os enigmas do crime de mando seria o ideal. Uma força-tarefa equipada apenas com forças táticas, com boas armas, acho que iria ao fracasso.

Era isso que tinha a dizer.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. José Sidney Veras Lemos.

O SR. JOSÉ SIDNEY VERAS LEMOS - Meus senhores, bom dia. Queria somar-me aos demais companheiros da Mesa na manifestação de pesar pela morte do grande político e grande brasileiro Leonel Brizola. Quero também, por intermédio dos Deputados Bosco Costa e Luiz Couto, saudar a Mesa e todos os presentes.

Estou vendo agora quão importante tem sido este debate. Digo isso porque sou delegado regional da Polícia Federal de Sergipe e estou aqui representando o Diretor-Geral da Polícia Federal, mas confesso que não sabia da profundidade do problema, até porque não é matéria relativa à Polícia Federal. Essa matéria relativa a extermínio, a milícias privadas armadas não é da Polícia Federal, embora ela não possa ficar alheia a isso. Há uma preocupação muito grande do Ministro da Justiça, do nosso próprio Presidente e do Diretor-Geral da Polícia Federal no sentido de efetivamente proteger a sociedade brasileira de toda modalidade criminosa.



Recentemente, foi criada na Polícia Federal uma coordenação para tratar do crime organizado. O resultado desse trabalho, como vemos na mídia, não poderia ser melhor, mas estamos aperfeiçoando. Temos várias operações realizadas pela Polícia Federal que estão dando resultado. Temos a Operação Anaconda e a Operação Gafanhoto, que tratam de evasão e sonegação fiscal, contrabando, descaminho e narcotráfico. São estruturas criminosas que exigem uma participação mais efetiva, mais cuidadosa, mais estudada, e a Polícia Federal está correndo atrás, está pesquisando e aperfeiçoando seu mecanismo de trabalho.

Estava vendo o objeto deste encontro. Esse assunto é novo para a Polícia Federal. Digo novo porque fui designado pelo Diretor-Geral para representá-lo neste encontro. Procurei o que existia sobre esse assunto. Vi um relatório sobre o Ceará, apenas com um comentário de que lá existia um inquérito policial que estava correndo sigilosamente. No Rio Grande do Norte tinha outro também sigiloso. Então, tudo está correndo na Justiça Estadual sigilosamente. Realmente, fica difícil trabalhar se não se sabe de nada.

Agora, vendo a amplitude, a importância desse tema, teremos que abraçar efetivamente essa luta, somar com as demais instituições, com os demais movimentos preocupados com isso.

Existem organizações criminosas relacionadas ao narcotráfico, ao contrabando e descaminhos; há organizações criminosas na área de sonegação fiscal. Mas organização criminosa para ceifar vidas, para matar, é assunto muito grave, muito sério. Temos que mudar o enfoque.

Vou levar ao meu Diretor-Geral, às autoridades da Polícia Federal esse fato, porque nós desconhecemos. Procurei, como disse, no órgão central da minha Polícia, o que tínhamos sobre esse assunto e não encontrei praticamente nada.

Verifiquei aqui grande riqueza de informações transmitidas pelo Presidente, Deputado Bosco Costa, e pelos Drs. Perly Cipriano, Isaías Santana e Ricardo Henrique. São pessoas envolvidas efetivamente com essa questão, que é muito séria.

Na realidade, como em todo crime organizado, temos que trabalhar com duas linhas, uma de inteligência e outra de operacionalidade, por intermédio de estratégias. Procuramos saber primeiramente quem é que mata. Verificamos que



são pistoleiros contratados e policiais, isso está claro; é esse pessoal que mata. Mas pelo nosso desconhecimento, encontramos aquele pistoleiro que age sozinho, aquele elemento que recebe o dinheiro para fazer o serviço. Entretanto, hoje estou vendo que esse pistoleiro é integrante de uma instituição criminosa, aí é complicado. Dentro da instituição criminosa — narcotráfico, contrabando, descaminho —, existe um elemento que elimina, que recebe para matar.

Verificamos que efetivamente isso deve ocorrer. Neste País mata-se muito: políticos, empresários, membros do Judiciário, membros do Ministério Público, fazendeiros, membros da imprensa. Acredita-se que, efetivamente, por trás disso haja realmente uma organização. É preciso fazer alguma coisa.

Temos, no Nordeste brasileiro, uma situação bastante difícil: é uma região pobre, carente, em que quase não se sente a presença da instituição pública, e onde, conseqüentemente, o índice de violência é muito alto.

Para a sociedade, para o homem do povo, com quem temos conversado, sentimos que o principal problema está na fragilidade da Polícia. A Polícia não está preparada mesmo. O que temos são policiais formados e jogados nas cidades para trabalhar e pronto, acabou-se, não há mais um treinamento, uma formação, uma adequação à mudança. Então, eles ficam com aquele conhecimento antigo, e abandonados. O que se observa em relação a certos companheiros da Polícia, principalmente em algumas cidades do interior, é o total abandono. Não há treinamento, não há reciclagem — nem é bom usar esse termo, porque se refere a material normal reciclado. Treinamento, adaptação, não há. O que observamos é a falta de treinamento, de conhecimento, de uma formação de inteligência e operação.

O desaparecimento policial é outra questão muito séria. Observamos que muitos governos correm para Brasília atrás de equipamentos para suas polícias, atrás de viaturas, computadores e armas, mas se temos viaturas, computadores e armas, e não temos o homem treinado, é a mesma coisa, não adianta nada.

Temos observado também a descrença do nosso homem do povo na justiça, na impunidade, justamente porque sabemos da morosidade do Judiciário. Há também aquela situação em que o juiz fica praticamente abandonado numa cidade do interior, teme por sua vida e pela dos seus familiares. Então, fica difícil para o Judiciário trabalhar a contento. E o que nós observamos é que há muito pedido de



equipamentos, viaturas. Por quê? Porque talvez seja a maneira que o governante encontra de mostrar que está fazendo alguma coisa. Parece muito aquela situação do pai que tem um filho, não conversa muito com ele, não tem diálogo, e prefere lhe dar um carro novo do que efetivamente saber o que acontece.

O que ocorre? Muitas cidades do interior tem 4, 5 soldados, um sargento, um automóvel Santana, um fuzil. Quando chega o final de semana, o soldado vai cuidar da roça, o outro vai pintar a casa, o outro vai beber sua cerveja, tira gandola, arma, bota, sapato da farda; o delegado pega a viatura, vai visitar os amigos e familiares, e a cidade fica abandonada.

No trabalho que fizemos em Sergipe, de acompanhamento de quadrilhas organizadas de traficantes, de roubo de carga e carros-fortes, observamos que eles têm uma maneira de chegar à cidade. No monitoramento eletrônico feito, ouvimos falar em “carrossel” ou “cavalo doido”: eles chegam lá trepados na carroceria de uma caminhonete, de uma Hilux, de uma Silverado, atirando. Corre todo mundo, eles limpam o banco, levam todo o dinheiro. Isso à luz do dia. Significa claramente dizer que não se acredita na autoridade. Isso existe, tranqüilamente.

Então, temos realmente que buscar a melhoria. Estou ouvindo aqui, na discussão dos companheiros, que precisamos mudar, mas efetivamente. Não adianta dar carro, computador, armamento, se a pessoa não está preparada para trabalhar com aquilo. Não adianta. Tem que mudar a consciência, levantar a auto-estima do policial.

Meus amigos, os senhores imaginem o que é um policial jogado no interior de uma cidade dessas! Está na mão de todo mundo, e ninguém tem consciência do trabalho árduo que faz por aquela sociedade. Então, temos que dar uma formação adequada, treinar, treinar, treinar esse elemento, dentro do que há de mais moderno nas técnicas de inteligência. Como bem falou o Dr. Ricardo, a inteligência é tudo, o homem que não sabe nada está frito, fica difícil fazer alguma coisa, porque não sabe. Então, fica difícil cuidar da cidade se não tem conhecimentos estratégicos e táticos para trabalhar.

É preciso também armamento condizente. É muito fácil: os policiais pedem R-15, M-16, HKG-3. Para que se, muitas vezes, o matador mata com canivete, com faca, com revólver 38? Só que a diferença está aí: o matador está organizado, a



Polícia, desorganizada. O matador está preparado e a Polícia, despreparada. Essa visão é que tem de ser mudada. Tem se que trabalhar efetivamente a auto-estima do policial, mostrar sua importância no contexto social, lhe dar apoio efetivo, e não abandoná-lo.

Temos de atender à necessidade de computadores com banco de dados atualizados, para realizar a atividade de polícia. Muitos computadores são entregues nas delegacias e funcionam apenas como máquina de datilografar. Não têm informações atuais que possam auxiliar o policial, e se torna mais difícil a atividade. Precisamos também de uma Corregedoria atuante, tanto no âmbito disciplinar quanto penal. Também a presença da autoridade, do comandante, do chefe de polícia próximo a ele, não apenas para mandar, mas também para cobrar.

São pequenas coisas que têm de ser feitas para poder funcionar. Não é tão difícil. Mudar essa consciência é que é difícil, não só por parte do soldado, do agente que está no interior, como também da cúpula das instituições policiais. É preciso efetivamente o estudo da situação. O Secretário de Segurança, o delegado regional, o superintendente de polícia deve ter o conhecimento do que se passa na sua área, mas ele não tem. Ele prefere mandar o carro, o fuzil, o computador, mas não está sabendo. "*Vou mandar isso por quê?*" Porque eles estão pedindo. Mas ele não sabe a efetiva necessidade disso.

Na realidade, a Polícia Federal é ignorante no que tange à matança de pessoas. É um absurdo. É desconhecido, não temos dados para trabalhar isso. Sabemos um exemplo. Apresente o crime organizado, o narcotráfico, o assalto a bancos, carros-fortes e cargas e, aí sim, começaremos a trabalhar. Em Sergipe, por exemplo, temos um grupo de delegados e agentes voltados para o combate a roubo de banco e cargas. Então, isso é sério.

Para se ter uma idéia, na Bahia, de outubro do ano passado para cá, ocorreram 18 assaltos a bancos, em Sergipe, 5; em Alagoas, 7. Temos relacionada uma grande quantidade de bandidos já identificados, e estamos trabalhando no sentido de conhecê-los mais para pegá-los. Constatamos: são 60 homens, que formam grupos temporários de três, quatro quadrilhas, e atuam abertamente. A base deles tem sido Belém, interior de Pernambuco, Espírito Santo e Vitória da Conquista, na Bahia. Detectamos algumas coisas nesse sentido, e o armamento que eles usam



é o que há de mais moderno e pesado. A diferença é que eles sabem usá-lo, eles sabem usar a inteligência, coisa que a Polícia não tem feito. Então, esses grupos de bandidos têm um trabalho de inteligência muito grande, muito sério. Isso tem trazido até 90% de sucesso nas ações criminosas, porque eles estão sabendo o que está ocorrendo. Conquistam pessoas da área, seqüestram gerentes. Isso tem facilitado em muito a ação desses grupos. Eles entram atirando na cidade, sem medo de ninguém, vão à agência bancária, encostam a arma no gerente ou o seqüestram na noite anterior e conseguem assim fazer o assalto. Utilizam-se de carros roubados, no início da ação, e de carros bons, legais, na saída. A preocupação deles é muito grande com a saída. E também tem o caso de lavar o dinheiro roubado: oficinas mecânicas, imobiliárias, fabriquetas de confecções. Então, fica difícil efetivamente se pegar. Mas estamos buscando.

A Polícia Federal, agora, com essa nova atividade, está tentando pegar esses elementos, até sabendo como é que eles estão fazendo. Nós estamos estudando isso aí. É novo para nós. Para ter uma idéia aqui, na Bahia, foram detectados bandidos usando fuzil 7.62 FAL. Uma quadrilha tinha 4 HK-47; 2 fuzis HKG-3; pistola 9.40 milímetros; muita munição; explosivo de gel; granadas; estopins. Então, se observa que o pessoal é profissional. Não é qualquer assaltante. É uma quadrilha organizada. Se a gente comparar esse grupo com o que está provocando a matança de pessoas, não é diferente. Eu acredito que haja realmente uma organização, pessoas voltadas para isso aí.

Temos que realmente estudar isso e começar a trabalhar. Através de força-tarefa é o ideal, até porque a Polícia Federal, para montar um arquivo a respeito disso, vai demorar um pouquinho. Então, seria interessante o papel da força-tarefa, porque soma o conhecimento, a estratégia de ação, através da inteligência e também de uma ação operacional correta, com o conhecimento das polícias civis e militares e das organizações sobre esses fatos. Então, isso é que se tem de somar para a gente chegar lá. Sem fazer isso, vai ficar difícil.

Outro dado de que a Polícia Federal tem cuidado é justamente o roubo de carga. Estamos também começando a trabalhar em cima disso. Tínhamos uma visão distorcida. O Deputado Luiz Couto nos falou sobre o problema do matador. Eu me assustei, porque não identifiquei uma organização criminosa só de matadores.



Não identificamos isso aqui. Mas, agora, aprendi que, dentro das estruturas criminosas, quer seja do narcotráfico, quer seja do contrabando, quer seja do descaminho, qualquer que seja, está o elemento que mata, que é utilizado para matar. Isso é interessante, porque temos por onde começar a trabalhar em torno disso. Basta que identifiquemos os elementos para saber quem efetivamente mata. Se se prende quem comete o crime, também se prende quem mata.

Como falei aos senhores, é uma situação nova para a Polícia Federal. Há uma preocupação da direção geral em efetivamente fazer a sua parte. Mas tenho de reconhecer que é muito difícil trabalhar em torno disso, porque sempre no crime organizado há presença ou omissão do policial, da autoridade. Então, fica mais difícil, mas acredito que possamos chegar lá. Se somarmos esforços das polícias, dos organismos que cuidam disso, acredito que teremos amplas possibilidades.

Como falei aos senhores, peço até desculpas por não trazer nada de novo com relação a isso, porque nos é desconhecida essa matéria. Mas se mostrou que é necessário somar. Tem se que fazer alguma coisa. Na Polícia Federal, como falei aos senhores no início, há uma preocupação de trabalhar bem. Só assim esse tipo de trabalho terá sucesso. Quer dizer, não é uma coisa simples, não. Não é simples.

Louvamos o trabalho relatado pelo Dr. Ricardo: 22 anos de pesquisa, 5 em outros Estados. É um trabalho aprofundado e digno de elogio, como também esta reunião da CPI. Tenho certeza de que só venceremos se for assim. Se ficar a Polícia Federal de um lado e a Polícia Civil do outro, não vai funcionar. Temos efetivamente de somar.

Agradeço a todos a atenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - O Presidente Bosco Costa precisou ausentar-se por um momento.

Gostaria de cumprimentar todos os participantes deste seminário: o Dr. José Sidney Veras, o Dr. Isaías Santana da Rocha, o nosso Relator, Deputado Luiz Couto, o Dr. Perly Cipriano e o Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula.

Convido a usar da palavra o Dr. Fernando Antonio Matos, Coordenador do Gabinete de Assessoramento Jurídico às Organizações Populares — GAJOP.



O SR. FERNANDO ANTONIO MATOS - Muito obrigado. Gostaria de saudar todos os presentes neste seminário e cumprimentar a Mesa, na figura do Relator desta CPI, Deputado Luiz Couto. Temos acompanhado sua luta no combate a esse tipo de crime em nosso País, em especial no Nordeste.

Quero também me somar a todos nas homenagens ao grande estadista brasileiro Leonel de Moura Brizola, que, com certeza, pela paixão e coerência com que defendeu suas idéias ao longo de 60 anos de vida pública, realmente fará falta ao País. Era alguém que tinha, como bem disse o Dr. Perly, uma visão de Nação, que se importava com os destinos do povo brasileiro e não apenas com estatísticas, que podem ser positivas ou negativas, mas que estão muito distantes de representar o valor da vida humana. Então, presto minhas homenagens, me somando aos que me antecederam, a Leonel de Moura Brizola.

Fico extremamente feliz e agradecido pelo convite desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que o GAJOP pudesse contribuir de alguma forma com propostas e alternativas com relação ao enfrentamento das execuções sumárias.

O GAJOP é uma entidade não-governamental com 23 anos de existência, que tem atuado junto às comunidades da região metropolitana do Recife e hoje tem diversos projetos de nível regional, nacional e internacional.

Nossa primeira experiência com relação a grupos de extermínio foi em 1986. Seguíamos, naquela época, as palavras do atual Vice-Prefeito de São Paulo, o ilustre Deputado e ex-Promotor de Justiça Hélio Bicudo, que denunciava o que se chamava, naquela ocasião, de esquadrões da morte. O GAJOP levantou matérias com referência à atuação de grupos cujo indício era de extermínio. E as levamos à então Secretaria de Segurança Pública do Estado, mas nos foi dito, na ocasião, que isso não existia, que era bandido matando bandido, que essa história de esquadrão da morte e grupo de extermínio era algo que identificávamos na sociedade civil, mas que o Estado não reconhecia oficialmente a existência desse tipo de bando criminoso.

Fico pasmo ao ver que o Prof. Ricardo traz um ofício do Estado do Ceará, em pleno 2004, mais uma vez dizendo que não há nenhuma apuração, dentro das suas polícias, em referência à atuação de grupos de extermínio. A primeira dúvida que



nos assalta é a quem interessa negar a existência desses grupos organizados para a prática de homicídios.

No Estado de Pernambuco, em que, para a nossa indignação, essa prática é comum, o Governo, pelo menos, criou recentemente uma delegacia para investigar múltiplos homicídios. O nome da delegacia é esse. E ela se faz instrumento necessário porque, poucos dias atrás, tivemos 7 vítimas atribuídas a uma mesma ação ligada a policiais militares da cidade de Itapissuma, região metropolitana de Recife. Dois grupos de pessoas estavam em dois táxis se dirigindo a uma festa. Saíram de um dos bairros pobres e que tem a fama de violento da cidade do Recife para essa festa na cidade de Itapissuma. Na entrada da cidade, foram abordados por policiais e executados. Até agora, decorridos mais de 20 dias, não se têm indícios da autoria do crime.

O GAJOP participa, junto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, da elaboração do banco de dados de homicídio, fonte imprensa, que tem buscado mapear a realidade desses extermínios praticados no Estado. Desde 1996, temos buscado contribuir com a sociedade, com o Ministério Público, com as Polícias, com o Governo Federal, através da execução do programa de apoio e proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, que conta com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Temos o Programa de Educação para a Cidadania, que trabalha com a capacitação de policiais e das comunidades em relação à questão dos direitos humanos, e o programa de direitos humanos internacional, em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, Regional Nordeste, que tem levado para a esfera dos sistemas internacionais de defesa dos direitos humanos denúncias de violação de direitos humanos no País.

Inclusive, no ano de 2002, levamos à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, relatório feito pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos com outras entidades filiadas, sobre extermínio. E aqui me socorro do testemunho do Dr. Oscar Gatica, que esteve presente na divulgação desse relatório. No primeiro contato que tivemos ainda em Genebra com a Relatora Asma Jahangir, ela dizia que o Brasil não estava na lista de países a serem visitados em seu mandato, pois ela não tinha nenhuma informação de que aqui existissem execuções sumárias arbitrárias ou extrajudiciais. Esse primeiro contato frutificou na vinda da Relatora no



ano passado, em que tivemos, inclusive, a oportunidade de estar, com o ilustre Relator Luiz Couto, na cidade de Itambé, fronteira de Pernambuco com a Paraíba, onde um dos grupos de extermínio mais atuantes daquela área vem ceifando vidas — o Dr. Perly Cipriano se referiu ao caso na fala dele.

É importantíssimo este seminário, coroando os trabalhos da CPI, em especial pelo seu tema geral: a preservação do Estado democrático de Direito. Em recente livro, o relator da ONU Jean Zigler cita depoimento de ex-chefe da contra-espionagem alemã: *“Com o seu gigantesco poder financeiro, a criminalidade organizada influencia secretamente toda a nossa vida econômica, a ordem social, a administração pública e a Justiça. Em certos casos, ela impõe sua lei e seus valores à política. Dessa forma, desaparecem gradualmente a independência da Justiça, a credibilidade da ação política e, afinal, a função protetora do Estado de Direito. A corrupção torna-se um fenômeno aceito. O resultado é a progressiva institucionalização do crime organizado. Se essa tendência persistir, o Estado se tornará incapaz de assegurar os direitos e as liberdades cívicas dos cidadãos”*.

Ora, temos aqui vários exemplos de que o Brasil está enfrentando exatamente essa situação. É o caso exatamente do Espírito Santo, onde a promiscuidade do poder político e econômico com o crime organizado trazia, a todos os brasileiros, preocupação quanto aos limites dessa ação.

Diversos dados sobre a questão da violência no Brasil têm sido divulgados. Recentemente, no final de semana, vimos que Brasil gasta 10% do PIB com a questão da violência, aí computados todos os investimentos públicos e privados. O Banco Mundial divulgou, no ano passado, que o Brasil gasta 43 bilhões de reais com as conseqüências da violência: perda de vidas, gastos com a Previdência, pessoas mutiladas, dias de trabalho perdidos, seguros, cargas roubadas e várias outras. É um montante enorme para um país que tem as dificuldades do Brasil.

Dentro dessa atividade, nós temos, em especial, a preocupação com o tema desta Comissão, o grupo de extermínio. É consenso em todos que me antecederam que o extermínio não age desarticulado de um grupo maior, o crime organizado. Até o pistoleiro de aluguel, a que o Dr. Ricardo se referiu, e que sempre teve na história do Nordeste a arma a serviço de quem pagasse, hoje em dia está perfeitamente



integrado nessa articulação maior do crime organizado, se entendi bem a sua palestra.

O extermínio abrange diversas fases e etapas da atuação do crime organizado. Por exemplo, a limpeza da área, para que aquele grupo seja homogêneo ou tenha o monopólio da atuação. E um dos grandes exemplos é exatamente o Estado do Acre, onde o então Comandante-Geral da Polícia Militar, Hildebrando Pascoal, agia exatamente dessa forma, como foi largamente provado pela atuação da CPI do Narcotráfico, que esta Casa realizou em 2000.

Também é comum a queima de arquivo. Tivemos em 2000, na passagem da CPI a que me referi pelo Estado de Pernambuco, a ouvida de um presidiário — e aí, Dr. Perly, a gente se lembra das nossas discussões sobre como proteger as pessoas que estão dentro do sistema penitenciário — , um ex-agente de polícia, conhecido pela alcunha de Falcon, que denunciou um Deputado Estadual pela prática de diversos crimes ligados a roubo de carga, entre outros. Ainda na prisão, ele sofreu 2 tentativas de homicídio, através de envenenamento. Após o cumprimento da sentença, foi posto em liberdade condicional e, há poucos dias, veio a ser executado daquela forma estranha com que os grupos de extermínio agem: 2 pessoas entraram no bar em que ele estava, à noite, atiraram e foram embora. Não se tem nenhum tipo de ilação até agora para que possamos atribuir a autoria desse atentado, mas a queima de arquivo é realmente uma das características de atuação dos grupos de extermínio.

Outro dado que tem nos preocupado bastante é justamente a interiorização, e o caso do Ceará e da Paraíba é extremamente claro, cristalino com relação a isso. Em meu Estado, Pernambuco, isso está cada vez mais ligado à disputa pelo território do tráfico. A plantação e a comercialização de maconha têm sido o motivo dessas execuções, em grande parte.

Então, a primeira sugestão, a primeira proposta que a gente poderia antecipar é que nada disso será resolvido se não tivermos uma política permanente de Estado em sua visão ampliada, de forma que inclua a participação não apenas do Executivo — com as Polícias e os órgãos de inteligência —, mas também do Judiciário e do Ministério Público, para que possamos atuar. Assim como o crime cria sua rede, sua teia organizada, o Estado também precisa agir de forma integrada.



Infelizmente, dados divulgados pelo IBGE — portanto, oficiais — sobre a taxa de homicídios no País nos últimos 20 anos dão conta de que 598.367 brasileiros foram assassinados. A taxa de mortalidade, em 20 anos, cresceu 130%, passando de 11,7 mortes por 100 mil para 27 por 100 mil. A população brasileira cresceu apenas 43% no mesmo período. A taxa de homicídios foi calculada com base em informações do DATASUS, do Ministério da Saúde, e mostrava Pernambuco, em 2000, com a maior taxa de mortes, 54 por 100 mil, ou seja, acima, quase o dobro da média nacional, seguido do Rio de Janeiro, com 51, também o dobro; Espírito Santo, com 46%; e São Paulo, com 42 por 100 mil.

Dos quase 600 mil brasileiros assassinados, 62% o foram na década de 90, exatamente quando o Estado mais se afastou de suas obrigações, movido pela visão neoliberal de que deveria pouco se envolver no mercado e deixar que ele se gerisse. Pasmem, entre as atividades consideradas essenciais até pelos neoliberais estava a segurança pública, mas, exatamente nos anos 90, houve essa explosão de homicídios no País.

Em 1991, pouco mais da metade dos homicídios entre homens entre 15 e 24 anos era causada por armas de fogo. Em 2000, a proporção já era de três quartos, ou seja, tivemos também crescimento na morte de homens jovens na faixa de 15 a 24 anos de 134%, passando de 5.220, em 1991, para 12.233. Isso é para deixar todos aqueles que têm compromisso com a governabilidade e com o povo brasileiro realmente preocupados em tomar uma atitude que nos ajude a superar esse difícil quadro em que o Brasil se encontra.

Bem, no rastro da visita da Relatora Asma Jahangir, algumas das suas recomendações já poderiam ser externadas por nós como propostas sugeridas por este seminário. A primeira, que ela fez de viva voz no Brasil, na presença do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, antes de apresentar seu relatório à ONU, em 28 de janeiro em 2004, foi a necessidade de uma drástica reforma do Poder Judiciário, de modo a solucionar a excessiva demora no julgamento dos processos.

Na avaliação da Relatora, a impunidade dos casos de extermínio e assemelhados estaria relacionada à incapacidade do Poder Judiciário de julgar com rapidez e rigor. Mas é importante dizer que o Judiciário só julga com base nas denúncias do Ministério Público, que, por sua vez, na grande maioria, em especial



no interior do País, só atua baseado no inquérito policial. Inquéritos policiais, com a fragilidade que o nosso Delegado José Sidney falou, levam a denúncias frágeis, com praticamente nenhuma prova.

Sabemos que a Polícia técnica em nosso País é ainda extremamente incipiente. Nas capitais, encontramos alguma coisa. A proposta que vem sendo cobrada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, através do Sistema Único de Segurança Pública, aponta de certa maneira para esse reforço, mas ainda é um caminho que o Brasil começa a trilhar. Temos, na verdade, polícias desaparelhadas, pouco capacitadas, com baixíssima possibilidade de identificação de autorias. Polícia técnica não existe. Poucos inquéritos são concluídos com a identificação de autoria. Muitos são arquivados. O Ministério Público denuncia pouco e os juízes, ainda por cima, demoram para julgar os poucos que lhes chegam às mãos.

Outra questão de que trata a Relatora é o recrutamento de novos policiais. É uma questão importante. A vida pregressa dos candidatos a policial foi muito examinada pelos serviços de inteligência especial da Polícia Militar, a P2, durante a realização dos concursos, mas hoje, cada vez mais, temos pessoas, digamos, subsidiadas pelo crime organizado para ter treinamento seja nas Forças Armadas, através do CPOR, seja nas Polícias Militares, para saber inclusive utilizar os armamentos pesados que os grupos organizados vêm usando.

A Relatora também recomenda, com relação ao controle da criminalidade policial e de agentes penitenciários, a criação de um banco de dados sobre violação dos direitos humanos atribuídos a membros do sistema de justiça e segurança, inclusive o número de mortes perpetradas pela Polícia e o número e o tipo de execuções criminais, de inquéritos policiais iniciados e de condenações dos acusados.

Este ano, o Estado do Rio de Janeiro tem quebrado recordes de mortes praticadas por agentes públicos, todos com a justificativa de que houve resistência à prisão. Sabemos que é necessário a independência e a ampliação das Corregedorias e Ouvidorias internas para que isso seja devidamente apurado e para que a atividade do Ministério Público seja fortalecida.

Trago a esta Comissão uma preocupação da sociedade civil do Estado de Pernambuco, e sei que ela se soma à de outros Estados, sobre o risco de uma



próxima decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a limitação ou não dos poderes do Ministério Público para realizar investigações. Ora, ninguém defende aqui a exclusividade das investigações pelo Ministério Público, nem queremos que ele proceda a todo e qualquer tipo de investigação. Achamos que esta Casa tem o papel de legislar, de regulamentar os limites do Ministério Público para atuar nas investigações. Em especial nos casos de execuções sumárias, de que estamos tratando, como deixar única e exclusivamente a Polícia investigar seus próprios membros, uma vez que é consenso, entre os que me antecederam, que os grupos de extermínio em todos os Estados possuem, de uma forma ou de outra, a presença ou a conivência dos órgãos policiais? Então, se deixarmos a investigação apenas nas mãos dos órgãos policiais, sejam internos, sejam externos, não atingiremos nosso objetivo: o fim da impunidade e o desmantelamento desses grupos de assassinos.

Outra proposta já colocada em prática em alguns Estados é o afastamento dos policiais denunciados em IPMs, em processos criminais ou inquéritos policiais. Em meu Estado de Pernambuco, o Governador pode afastar aquele policial que está respondendo a inquérito ou a processo. No entanto, a lei não torna claros os critérios de afastamento. Então, muitas vezes, o Governador afasta um, mas não afasta outro. Isso está sendo discutido junto com a Comissão de Cidadania da Assembléia Legislativa, pois é importante uma forma de aprimorar esses mecanismos de afastamento.

Concordo totalmente com o nosso Delegado José Veras sobre a necessidade de qualificar as polícias na investigação. O Dr. Perly e o Dr. Oscar sabem que, muitas vezes, as conclusões dos inquéritos são obtidas através de métodos brutais de tortura. Contra isso todos nos insurgimos. Então, é necessária a qualificação das polícias para que essa outra violação dos direitos humanos deixe de existir.

Já falei do reforço às Corregedorias e Ouvidorias internas, como também do monitoramento do cumprimento das recomendações dos relatores especiais das Nações Unidas.

Tenho grande expectativa de que saíamos da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, assim como o Dr. Perly, com um sistema nacional elaborado, que nos permita não apenas proteger os direitos humanos, mas nos ajudar mutuamente



a monitorar o cumprimento, por exemplo, das recomendações que as Nações Unidas têm encaminhado ao Brasil.

Por fim, há outras propostas que têm a ver de maneira indireta com as execuções sumárias. Pelo que foi dito, tais propostas têm exatamente o papel de atuar na gênese desse crime, a questão do tráfico de armas e munições, que alimenta todo o *modus operandi* dos grupos nos Estados.

Na questão do crime organizado, de maneira geral e do tráfico de drogas, em particular, o Ministério da Justiça tem levantado propostas de combater a principal coluna de sustentação, que é a lavagem de dinheiro. Isso realmente precisa ser levado em consideração.

E, por último, temos o acompanhamento dos grupos de segurança privada, uma das atribuições do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. Existe hoje uma relação extremamente promíscua de policiais da ativa e da reserva à frente desses grupos extremamente poderosos. Do ponto de vista da rentabilidade econômica, já existem diversos estudos oficiais e de organismos como o IBGE mostrando que mesmo na recessão dos últimos anos esses grupos têm ganho muito dinheiro no Brasil. Basta dizer que nosso País é o segundo do mundo em blindagem de automóvel. Então, são grupos que têm muito dinheiro, muitos recursos, e contam ainda com diversos agentes.

Na verdade, podemos perguntar: por que a Polícia Militar ou a Polícia Civil vai atuar para ser eficiente quando tem um nível de remuneração “x” se, na iniciativa privada, passa a ter 3 ou 4x? É como matar a galinha dos ovos de ouro. É algo que realmente precisa ser acompanhado.

Por fim, gostaria de citar, como exemplo, um fato que estamos acompanhando no Estado de Pernambuco, junto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e diversas outras entidades. Trata-se de um recente caso de execução, apesar de que os corpos ainda não foram encontrados até hoje, de 4 agricultores da cidade de Floresta, que se dirigiam à cidade vizinha de Ibimirim e que no caminho foram abordados por supostos policiais militares. Eles estão sendo procurados pelas famílias. Encaminhamos o caso a outras entidades, como a Ordem dos Advogados, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Corregedoria da Secretaria de Defesa Social e o Ministério Público.



Pelas declarações colhidas, vimos que o suposto autor dessa múltipla execução é um oficial que já havia sido denunciado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2002, quando o Serviço Especial de Inteligência da Polícia Militar, conhecido como SEI — lá no Estado também chamavam de “serviço de extermínio institucional” —, foi desmontado pelo Governador, após reportagem no *Fantástico*. Com o desmonte desse serviço, 90 homens foram afastados, mas vários continuam em atividade. Trago à Presidência e à Relatoria da Comissão as informações sobre esse desaparecimento e, em meio digital, uma cópia do relatório de 2002, em que abordamos a situação dos policiais naquela área do interior do Estado de Pernambuco.

Essas eram as nossas considerações. Queria apenas dizer, Dr. Sidney, que nós encaminhamos, no ano passado, junto com a Ordem dos Advogados de Pernambuco e o Sindicato dos Policiais Federais lá do Estado, uma denúncia referente a um grupo de extermínio que foi grampeado — está certo? — no bojo da Operação Vassourinha, em que a Polícia Federal, atuando sob o comando da Procuradoria da República, gravou um grupo de extermínio atuando na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em especial. E, essa gravação, que tem, inclusive em CD, várias e várias horas de gravação, não foi comunicada à Polícia Judiciária nem ao Ministério Público Estadual.

A gente entende que não é o papel da Polícia Federal ter atuado em relação a esse caso, mas, uma vez que a Polícia Federal, numa escuta legal, gravou crimes sendo articulados, ela tinha o dever, pelo menos aquele agente tinha o dever — não quero generalizar a polícia — de comunicar. E, para nossa surpresa, isso não foi feito.

E, mais: a Procuradoria da República, na ocasião, solicitou que aquelas gravações fossem desentranhadas dos autos e colocadas em segredo de Justiça.

Isso preocupou enormemente a sociedade pernambucana. E nós encaminhamos, em 2003, com a presença do então Presidente da Ordem Federal do País e o vice, que é o atual Presidente, Dr. Busato, junto com o Presidente da Comissão... Eu estava na Comissão de Direitos Humanos da OAB, e o Presidente da Seccional era o Dr. Ademar Rigueira, nós entregamos ao Ministro Nilmário para



que ele encaminhasse ao Dr. Paulo Lacerda, para que as investigações fossem feitas. E estamos todos no aguardo dessas investigações.

Então, gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite e dizer que essas eram as nossas sugestões, pedindo a todos desculpas pela delonga. No horário do almoço, realmente é cruel fazermos essas discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - Agradecemos o Dr. Fernando Antonio Matos, último expositor deste excelente seminário sobre tema *O Enfrentamento das Execuções Sumárias e a Preservação do Estado Democrático de Direito*. Registramos também a presença da Deputada Iriny Lopes, do Espírito Santo, e passamos a palavra ao Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Deputado Guilherme, sabemos da luta que V.Exa. também trava no Estado da Bahia. O Secretário de Segurança Pública aqui esteve e, quando foi solicitado como é que ele encontrou a segurança pública, disse que era como um desastre de avião; que ele ia salvar o que restava, embora depois ele tentasse dizer que não foi aquilo, mas inicialmente está registrado de que de fato não há, da parte do Secretário de Segurança Pública, o reconhecimento. Por quê? Porque o Serviço de Inteligência, de fato, está a serviço do crime.

O Serviço de Inteligência das Polícias Civas e Militares é constituído, na maioria, de bandidos, de policiais bandidos. É aquilo que foi dito: estamos investindo dinheiro para uma parte da polícia que é constituída de bandidos — e esses não podem continuar na polícia, porque botam medo nos outros.

Lá na Paraíba, tem policiais que são presos como exterminadores, executores, inclusive um acusado de ter participado da morte de Margarida Maria Alves, o soldado Benício, mas ele sai de noite para cometer crimes. E o comandante do batalhão sabe e tem medo. Olha, os bons policiais ficam amedrontados, porque o que acontece às vezes é que esse serviço de informação vai pegar informações inclusive para bisbilhotar a vida dos comandantes. E aí ficam com isso como moeda de troca: “*Olha, se fizerem alguma coisa, a gente entrega*”. É chantagem.



Então, como o companheiro Perly disse que tem o tempo dele, tem uma agenda intransferível, eu faria agora algumas perguntas para o companheiro Perly e, depois, aos outros, porque ele terá de sair por ter uma agenda.

Temos de respeitar o companheiro que veio aqui e contribuiu bastante. Mas eu queria, primeiro, tratar com você, Perly, a questão que foi colocada aqui dos inquéritos. Dos inquéritos, que são peças informativas, algumas malfeitas, mal elaboradas, alguns deles sequer começaram. Há pessoas que foram executadas que não têm inquérito, ou seja, o laudo cadavérico é dado por um médico de um hospital da cidade que não tem especialidade e olha para o cadáver, e bota: *“morreu vítima de tiro”*. Mas não se faz mais. Daí a necessidade de que qualquer crime que tenha essa característica ter o laudo cadavérico feito por especialistas em IMLs e não poder ser enterrada essa pessoa, sem que antes passe por esse tipo de laudo cadavérico, perícia para mostrar. A prova balística também não é feita. Não é feito o exame de prova balística. Não é feito. E, depois, o exame do local. O cara vai lá e já modifica tudo, não faz o exame do local do crime, que é uma peça fundamental. Ou seja, basear em provas testemunhais, onde a pressa é muito grande e há ameaças.

Por exemplo, a pessoa presta um depoimento ao delegado. Alguns delegados dizem: *“Olha, acho melhor você não falar isso, não. Vai ter problema. É melhor você não dizer isso aqui. Cuidado com sua família”*. É assim. Quer dizer, já é uma ameaça para a testemunha. Com o clima de terror e de medo, essa prova, que é dada às vezes na delegacia e, algumas vezes, como foi dito aí, até sob tortura, quando ele chega na Justiça já modifica, porque houve todo um trabalho de pressão, de ameaça, de intimidação. Ou quando não mataram antes de chegar lá. Vou dar um exemplo.

Os matadores de Flávio Manoel Chupeta, que agora eles tentam desqualificar, dizendo que Chupeta era chefe de um grupo de traficante de lá, numa desqualificação da vítima. A primeira coisa é desqualificar vítima, desqualificar testemunhas, desqualificar denunciadores, desqualificar ativistas de direitos humanos que assumem essa luta e também familiares. E essa questão do inquérito, como é que nós, ou seja, de fato os nossos inquéritos, eles muitas vezes não... porque a prova testemunhal é para facilitar. No exemplo do Flávio Manoel, ia ser feito no dia 3 o julgamento. Já havia comunicação pela imprensa convidando para a



festa da absolvição dos executores. E, um dia antes, aquele que foi o responsável pela execução, pelo atentado contra Lula Tomé, que era um pistoleiro que estava contribuindo, ele foi absolvido por 7 a 0. Sete a zero! Ou seja estiveram em todas as casas dos jurados e fizeram um trabalho ameaçando.

Então, há outro aspecto: crimes que tenham características de extermínio não podem ter o julgamento no local. Tem que fazer o desaforamento. E isso tem que ser uma coisa que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça têm que colocar como elemento fundamental, ou seja: tem característica de extermínio, tem que haver o desaforamento, para que o julgamento seja feito em outro local onde não haja essa pressão.

Vamos saber que vai ter, mas é muito mais difícil, numa Capital e com jurados, você ter essa pressão do que numa cidade onde há o domínio, onde o Prefeito está vinculado e, muitas vezes, até o Promotor de Justiça e o Juiz têm vinculações. E, aí, como vai acontecer? Questão do inquérito. Depois a questão de segredo de justiça. Não dá para ter segredo de justiça em crime de extermínio. É uma coisa que não sei.

O segredo de justiça no crime de exploração sexual de criança é para resguardar a figura da criança, mas quem foi o responsável deve ser tornado público. Esse negócio de segredo de justiça é mais um prêmio para a impunidade. Temos que acabar com isso. Não dá para continuar com essa questão do segredo de justiça. Não pode, não. E tem Juiz que diz: *“Não, não posso mandar a peça, porque está em segredo de justiça”*. Até para receber. Não manda porque diz que é segredo de justiça. Ou seja, esse é um aspecto que eu gostaria que você tratasse.

Também a questão dos presos que conseguiram sair, alguns que foram presos, outros saem pela porta da frente. O último foi em São Paulo, em Ribeirão Preto, o preso saiu pela porta da prisão. Lá e no Ceará, um foi preso na custódia da Polícia Federal e saiu. Ou seja, não houve qualquer coisa. O Abdoral, que é um dos que está envolvido também, ele tem todas as regalias no Aníbal Bruno, onde está. Ou seja, ele é o chaveiro. Ele tem a chave para abrir as portas, tem telefone, tem tudo.

E há o caso de uma testemunha que foi fundamental — e nossa equipe técnica esteve lá e conversou —, o China Pau. China Pau ia a um julgamento que ia



acontecer em Recife, porque lá a própria Juíza pediu que todos os julgamentos de crimes fossem feitos em Recife. Pois eles fizeram... quem levava eram policiais. Entraram no presídio, ele foi drogado e foi obrigado a prestar um depoimento desmentindo tudo o que tinha com relação ao Abdoral. Essa é a realidade. Ou seja, os presos também estão lá e continuam cometendo crimes, e administrando com muito mais segurança agora. Por quê? Porque existem também agentes penitenciários corruptos e porque eles saem à noite. Enfim, têm todas as regalias.

Então, tem que ter uma intervenção no sentido de que crime de extermínio tem que ser como crime federal, em que os caras ficam em celas como aquela do Fernandinho Beira-Mar lá em Presidente Bernardo. Não pode ficar fazendo negócio, porque se ficar assim, vai continuar agindo da mesma maneira.

A questão do banco de dados é outro elemento que chama atenção: as secretarias não têm banco de dados. As entidades fazem ou seja, as organizações começam a fazer a partir das notícias de jornais, de TVs e rádios e de algumas outras formulações, mas não há vontade do Poder Público para ter um banco de dados com todas as características, mostrando como o crime organizado funciona, como o extermínio está presente.

E, finalmente, esse negócio do afastamento dos policiais quando eles forem identificados. Infelizmente há um fato: todos eles retornam através de medidas judiciais. E aí dizem: "*Não. Eles vão ficar na geladeira*". Mas na geladeira vão ter muito mais tempo para atuar. Ou seja, um aspecto para o qual a gente chama a atenção é essa questão da lavagem desses policiais que estão envolvidos.

Tem que fazer uma limpeza, não dá para continuar isso aqui. Como tem ainda a Deputada Iriny Lopes e outra pessoa, a gente faria as perguntas ao Perly, ele responderia e estaria autorizado a sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - Com a palavra a Deputado Iriny Lopes.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Boa tarde a todos e todas. Em primeiro lugar, quero fazer o registro do pesar que todos nós hoje temos com o passamento de uma grande liderança da Esquerda brasileira: Leonel Brizola. Vão fazer falta sua capacidade de polêmica e o grande ardor com que ele sempre agiu, às vezes conosco, às vezes contra nós, mas de, qualquer forma, sempre muito fiel ao



pensamento que tinha e ao compromisso que construiu em sua vida com o povo brasileiro.

Gostaria só de enfatizar algumas questões aqui já colocadas pelo Deputado Couto. A execução é a finalização de um processo movido por uma necessidade ou intenção de qualquer outro crime. Seja lavagem de dinheiro, seja roubo de cargas, seja narcotráfico, seja armas, seja o que for, ao final, tem como saldo a questão da execução sumária.

Então, é difícil pensar no controle da execução sumária sem um combate e uma estratégia de combate ao crime organizado como um todo. Como nós não vamos conseguir tão rápido que todo o Estado brasileiro esteja preparado para enfrentar essa questão, precisamos ver o que é possível fazer para conter, fiscalizar e reduzir o número de execuções no Brasil, o que nos envergonha, e nos envergonha muito.

O número de jovens que estamos perdendo é um crime contra o País e, alguns anos à frente, vai se mostrar uma realidade muito dura. Nós viemos por mais de uma década lembrando a todo o Brasil de que nós estávamos vivendo um processo crescente de execuções e de homicídios, mas as pessoas não deram muito atenção. Foi preciso agora o IBGE confirmar, para que vários setores pudessem pensar em tomar algumas decisões, mas o pânico da população já estava instalado antes.

Então, vejo aqui algumas questões que acho importantes para que o Perly e os demais companheiros da Mesa possam tecer opiniões. A questão do controle externo das Polícias. Nós temos tido uma dificuldade de fazer com que seja uma prática dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais um controle externo de maneira permanente, e não em determinados momentos. A questão do controle externo das Polícias, para mim, está ligada diretamente à necessidade que nós temos de enfrentar e buscar constituir uma nova visão de ouvidoria e de corregedorias de polícia. É necessário que nas corregedorias tenhamos pessoas externas ao órgão. O processo de perseguição posterior é muito duro e tem toda uma estrutura funcionando internamente que coloca até sob suspeição, em alguns casos, e coloca sob risco em outros.



Então, essa questão das corregedorias é fundamental. Nós precisávamos fazer uma discussão. E aí eu coloco também para que o Perly e os demais possam falar.

Eu não vejo no Brasil, sinceramente — e estamos nessa luta há muito tempo —, um debate sobre a questão do inquérito que esteja desprovido dos... Não quero aqui discutir a legitimidade, porque acho que isso não é problema de legitimidade de qualquer corporação, isso é do interesse popular. Mas o debate sobre o inquérito policial está eivado de interesses corporativos. E, se o Governo não assumir para si esse debate, vai ser difícil que ele ocorra. Vai ser difícil. Tem uma disputa entre as Polícias e os Ministérios Públicos, tem no interior das Polícias uma visão, a meu ver, um pouco tacanha e, em alguns casos, atrasada sobre os delegados, sobre a questão do seu papel, como se fosse esvaziar o seu papel. E eu acho que é uma remodelagem.

Não se trata de esvaziamento de nada, mas modernizar a polícia brasileira e modernizar e agilizar as técnicas de apuração de crimes. Acho que tem outra coisa, que, se o Governo não assumir, não vai ocorrer: a questão da qualificação e da prioridade orçamentária na área de segurança pública sobre perícia forense e polícia técnica. Porque, se continuarmos a basear nossos processos no testemunho, vamos continuar perdendo testemunhas, porque elas serão eliminadas.

A prova testemunhal é facilmente contestável, e, às vezes, a testemunha, ao mudar seu testemunho, pode atrasar um inquérito ou um processo durante meses ou anos, porque a legislação brasileira permite a prática de postergar, postergar, postergar. Então, a única forma de substituir é o investimento na perícia forense e na perícia técnica.

Por último, acho que precisaríamos fazer aqui na Câmara um debate mais profundo e talvez até uma frente, não no sentido da frente parlamentar regimental, mas uma articulação política forte de bancadas, em que pudéssemos trabalhar a alteração da legislação que permitiria manter afastado da atividade, sem uma punição final — não se trata disso, não estamos querendo aqui que qualquer pessoa seja afastada das suas funções sem o legítimo direito da defesa e a conclusão do processo —, mas não é possível que notórios policiais, com envolvimento em mais



de um homicídio, portanto, levando em consideração a reincidência, possam ser reconduzidos pelo Judiciário.

Nós fomos Governo no Estado do Espírito Santo, o PT foi Governo, e o Perly foi Secretário, o Isaías trabalhava junto, quantos policiais não se tentou afastar? E eles voltaram pelas mãos da Justiça. Hoje trabalhamos com as mães e familiares de vítimas da violência. Em todas as audiências públicas importantes, elas aqui estão. E estão em todos os lugares, elas fazem plantão na porta do Lula, como também na porta dos Governadores. E nós explicamos todo o tempo a elas que não se trata de um desejo do Executivo de manter ou não manter.

O problema está em que o Judiciário reconduz, utilizando, em alguns casos, práticas ilícitas, como compra de sentenças, mas, em grande parte, se utiliza da legislação em vigor. E essa legislação não é estadual, é uma legislação que precisa ter amparo em alterações do Código. E nós temos vários projetos tramitando nesta Casa.

Então, o problema não é de proposição, o problema é de articulação política que possa levar à votação e aprovação. Também levar à votação para perder, pode-se até levar, marca-se uma posição política, e o Brasil inteiro vai enxergar o que está acontecendo. Mas é vital que consigamos aprovar. Então, essas seriam questões que acho absolutamente pertinentes, que já haviam sido levantadas, mas que eu queria enfatizar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Sr. Oscar Gatica, do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

O SR. OSCAR GATICA - Obrigado. Quero também me somar à manifestação sobre a lamentável perda do nosso grande estadista e amigo. Eu conheci Leonel Brizola na Argentina, na época em que ele estava exilado no Uruguai e, às vezes, ia para Buenos Aires, na época de minha juventude, tratar sobre a questão da criação de grande movimento nacional e popular na área da América Latina. A figura de Leonel Brizola era tão grande que ele não tinha um projeto só para o Brasil, ele queria que a unidade latino-americana fosse possível, fora dos cânones clássicos, na época, quando partidos de Esquerda se apresentavam sem outra alternativa que



não fosse a revolução do proletariado. Rendo esta homenagem a Leonel Brizola realmente emocionado, porque, como disse, tive a honra de conhecê-lo.

Vou repetir duas coisas que aqui foram ditas, as quais acho importantíssimo enfatizar: creio que a Comissão, no tempo em que trabalhou, não chegou ainda a ver a total dimensão do que são as execuções sumárias no Brasil. Por isso, entre as coisas que me atrevo a propor, é que seus membros, o Relator, o Presidente, os componentes desta Comissão, vejam a possibilidade da continuidade desta Comissão, porque acho que vocês ainda não viram tudo. Acho que deveria também, se for possível continuar, ter um pouco mais de proximidade com as organizações da sociedade civil. Porque temos o privilégio, por ser a sociedade civil mesmo, por não ser autoridade, não ser nada, de saber mais coisas, de ouvir mais coisas, inclusive das próprias autoridades, que não têm coragem de reconhecer que o problema de execuções sumárias é muito grande no Brasil. Somente falam no nosso pé do ouvido, mas não têm coragem de reconhecer.

Nós dizemos sempre o seguinte: se houver um problema e alguém quer resolver, a primeira coisa a fazer é reconhecer que aquele problema existe, e não escondê-lo. A prova dessa prática é a Paraíba. O Secretário de Segurança da Paraíba disse que não existe crime organizado, que não existe extermínio. E há 10 ou 15 dias, foi preso um funcionário da Secretaria de Segurança Pública, nomeado pelo Secretário de Segurança Pública, do serviço de informações do Secretário de Segurança Pública, acusado de chefe de um grupo de extermínio — e foi provado, havia armas na casa dele, foi preso tudo. E ele ainda diz que não existe.

Então, quando isso ocorre, se há um Secretário de Segurança Pública vinculado, ou acobertando um grupo de extermínio e o crime organizado, é preciso também que tenhamos condições de denunciar aos responsáveis políticos do Estado. Foi o Governador que nomeou esse Secretário. Então, por que nomeou esse Secretário, se está lúcido que o Secretário está envolvido até o pescoço com o crime organizado, com o extermínio, e o acoberta.

Então, temos que ir mais longe de dizer que as polícias são incompetentes e estão envolvidas. Estão mesmo e são incompetentes mesmo. E é preciso mudar a legislação, é preciso mudar a atitude política, a atitude de todos aqueles a quem compete governar, desde Governador, Ministro, Presidente, Secretário, quem tem a



ver, que saiam e digam: *“Este Governo do Estado, este Ministério, este Governo Federal não admite, reconhece que existe, mas não vai mais admitir que essas práticas ocorram neste País, vamos lutar até o final para erradicar essas práticas espantosas”*.

Acho que não há nenhuma dúvida de que esta Casa, o Parlamento, só pelo fato de criar esta Comissão — e acredito que não deve ter sido fácil, não é, Deputado Luiz Couto? A luta que tivemos para criar uma Comissão na Paraíba foi de mais de ano, e a Comissão é vista como necessária. Então, acho que deve haver a continuidade desta Comissão e um pouco mais de proximidade com a sociedade civil. Estamos dispostos a ajudar, queremos ajudar, queremos acompanhar.

Queremos também que se proponha a esta Comissão um maior controle social das instituições que têm a ver com a segurança pública. É necessário que nós tenhamos acesso a muita coisa. Bom. Acho que os assassinatos na Paraíba... Ainda não se sabe muito bem o que ocorreu no Presídio do Róger e na delegacia de Alhandra. Em que pé está isso? Temos que aprofundar a discussão um pouco mais sobre aquela proposta de federalizar os crimes contra os direitos humanos.

Essa é uma discussão que é preciso fazer na seqüência, para ver quais são os crimes e onde é necessária a participação federal nas investigações — em Estados como a Paraíba, Pernambuco, Pará, Maranhão, onde o Estado está ausente, e o Estado não chega lá, a força pública não chega lá, o poder político não está lá instalado.

No sul do Pará, eles reconheceram. Quando houve o massacre de Eldorado do Carajás, o Secretário de Justiça disse: *“Nós não temos controle, nessa região, de nossa força policial. Quem manda ali são os fazendeiros”* — aquelas coisas que estão aqui, no relatório. São as pessoas influentes que mandam ali. Não manda o Governador, não tem nada que ver comandante da PM; se tem um procurador que quer encher o saco, eles ligam para os “costas quentes políticos” que têm e, imediatamente, aquele procurador ou aquele delegado ou aquele investigador está fora.

Então, é necessária a presença do Estado com uma atitude política maior para denunciar e reconhecer isso. Acho que o Governador da Paraíba deveria reconhecer: *“Não tenho controle sobre aquela região”*. Porque o Governador do Pará



não mandou matar em Carajás. Ele não deu ordem: “*Matem; assassinem aqueles sem-terra*”. Não. Nem o Secretário de Segurança. Não. Eles mesmos é que não querem reconhecer que não têm controle sobre aquela força policial.

Então, há necessidade de a gente se preparar, as missões especiais, como disse o delegado da Polícia Federal. A Polícia Federal é muito importante como parceiro nosso nessa luta.

Promovidos com o GAJOP e o movimento nacional, fizemos seminários sobre o Polígono da Maconha. O Polígono da Maconha é uma região — ainda é, mas está um pouco mais controlada... Participou o Secretário Nacional Antidrogas, participou o Gabinete Militar da época de Fernando Henrique — era um general —, e eles contaram para a gente o que o Governo Federal estava fazendo no combate contra o crime organizado. E era realmente muita coisa o que eles estavam fazendo. Só que essa muita coisa não poderia ser divulgada, porque muito da base política aliada do então Governo estava envolvida ou estava acobertando ou tinha alguma vinculação com isso.

Creio que todas as instituições do Estado brasileiro precisam ter uma atitude diferente disso e não ter medo... Acredito que no Congresso Nacional também deve ter bons acobertadores de crime organizado e, contra essa gente... Acho que não é muito fácil enfrentá-la. Agora, no mês de agosto — vamos anunciando isso, e é bom que a gente se prepare —, teremos a visita do relator da ONU sobre o Judiciário. Ele vai vir aqui para ver por que o Judiciário não condena ninguém por crimes contra a vida. Os presídios estão cheios de condenados por crime contra o patrimônio. Ele quer saber, a partir de denúncias que chegaram e tal. Vão ter que se explicar. E nós teremos que indicar para onde eles devem ir. Nós temos que preparar documentação, mostrar tudo isso que estava dizendo aqui, documentar e apresentar para essa relator que virá e depois fará as correspondentes recomendações e considerações.

Então, minhas felicitações aos membros desta Comissão de Inquérito corajosa, que visitou lugares onde o Estado não vai, não chega nunca, e ao meu conterrâneo, Luiz Couto. (*Risos.*) Parece mentira, mas somos conterrâneos — sou nordestino. (*Risos.*) Tivemos a coragem de organizar um evento em pleno São João, e isso não se faz no Nordeste. (*Risos.*)



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como o Perly tem que sair, pergunto se alguém tem mais alguma questão para ele. Depois nós retornamos para as intervenções relativas aos outros. Agora, só questão indicada para o Perly, porque ele tem que sair, uma vez que tem uma agenda que não pode faltar. Quem tem pergunta para o Perly? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Primeiro, pela ordem, tem a palavra o Deputado Guilherme Menezes.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Sr. Presidente, hoje é um dia atípico para o Brasil — este dia 22 de junho —, pela morte do Governador Brizola, um dia de tristeza nacional, porque a ele todos nós devemos honras.

É também um dia atípico para a Câmara dos Deputados e, em particular, para esta CPI. Cheguei às 8h da manhã ao gabinete para trabalhar e fui informado de que não haveria nenhuma atividade na parte da manhã; somente à tarde haveria uma sessão solene de homenagem póstuma ao Governador Brizola.

Por isso cheguei atrasado. Prejuízo meu, porque perdi grande parte do seminário e das excelentes exposições que aqui foram feitas. Cheguei ainda a tempo de ouvir parte da exposição do Dr. Ricardo Henrique, do Dr. José Sidney e Dr. Fernando Antonio Matos.

Ouvi alguma coisa, aí na mesa, conversando com o Dr. Cipriano e com o Deputado Luiz Couto, sobre ações integradas entre as polícias. O Deputado Luiz Couto citou um episódio acontecido aqui, nesta CPI, com a presença de S.Exa. o Secretário de Segurança da Bahia, general Edson Sá, que disse que, quando assumiu a Secretaria de Segurança da Bahia... e citou aquele exemplo: é como se um médico — um médico — fosse chamado para atender a um desastre aéreo.

Sabemos que, frente a um desastre aéreo, mesmo equipes superespecializadas em emergência têm pouco a fazer. Na realidade, ele assumiu uma Secretaria que vinha de uma administração que foi por demais conhecida em todo o território nacional, uma Secretaria que estava em parte privatizada, onde pelo menos os mais conhecidos delegados estavam ocupados em escutas telefônicas criminosas para atender a exigências políticas e amorosas de um conhecido político.

Então, imaginem uma Secretaria de Segurança de todo um Estado prendendo, constrangendo, praticando escutas telefônicas até em telefones de



adolescentes — como a filha de um ex-Deputado Federal que era desafeto político dessa figura do Estado.

Queria fazer uma pergunta ao Dr. Cipriano e a toda a Mesa sobre a questão das ações integradas, ou seja, um crime dessa ordem de grupos de extermínio deixar de pertencer a essa ou àquela esfera de governo, e ser da conta do Estado brasileiro.

Outra coisa. Acredito que uma ação integrada como essa vai fazer com que as ações das Secretarias de Segurança deixem de ser ações improvisadas a serviço dessa ou daquela entidade ou daquele político e passem a ser mais ações da inteligência do que da brutalidade. Porque, até por senso comum, fica parecendo que o policial mais violento, o que mais mata, principalmente no Nordeste, seguindo aquela característica da macheza: *“Matou, é homem”*... Para o senso comum, é como se o policial mais violento fosse o policial mais preparado, mais dinâmico e o que mais trabalha.

Outra questão que eu queria colocar aqui rapidamente é — e, embora a Deputada Iriny Lopes tenha colocado aqui que a prova testemunhal não deve ser a principal, ela existe — como ter um serviço de proteção às testemunhas, dentro e fora das prisões, à altura da segurança de que as pessoas precisam? Eu sei que essa é uma questão dramática, essa é uma questão muito difícil. Além da questão relativa ao serviço de proteção às testemunhas, pergunto como facilitar para que as pessoas de qualquer lugar possam denunciar sem que possam ser anunciadas, preservando, portanto, a sua privacidade?

Eu queria deixar apenas essas duas perguntas e parabenizar, mais uma vez, esse grupo, o Presidente, Deputado Bosco Costa, e o nobre Relator, Deputado Luiz Couto, por essa responsabilidade com o País, por esse sentimento de continuidade que estão dando aos trabalhos desta CPI.

Haja esse ou aquele Parlamentar, seja em qualquer lugar, esta Comissão vem dando respostas, vem dando continuidade e fazendo uma análise, um diagnóstico do crime organizado em todo o Nordeste brasileiro. E nós sabemos que, na Medicina, quando se conhece o diagnóstico, já é um passo importante para a terapêutica, principalmente num contexto sério como esse do Governo Lula, em que toda a sociedade brasileira busca respostas diferentes daquela do Estado mínimo,



do Estado que se encolhe frente às suas enormes responsabilidades, principalmente com a vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra à Sra. Leânia Palmeira.

A SRA. LEÂNIA PALMEIRA - É para o Sr. Perly Cipriano. Primeiramente, eu quero parabenizar o Governo Federal pela preocupação e pela nova visão que vem tendo, através da Secretaria de Direitos Humanos, ao trabalhar em parceria Judiciário, Legislativo e Executivo, e também por essa nova visão que foi colocada aqui em relação às ações de combate ao crime organizado e ao grupo de extermínio, em criar sistemas vários de proteção a vítimas e defensores de direitos humanos, com foi colocado pelo companheiro Perly Cipriano.

Eu queria perguntar o seguinte: em sua concepção, dessas operações temporárias, como Anaconda, Vassourinha, Mandacaru, Gafanhoto, Vampiro, surtem resultados positivos no combate à violência e a todas as ações criminosas?

Outra pergunta seria: o que falta, em sua concepção, por parte do Ministério Público, para agir com mais eficácia? Eu teria outras perguntas, mas são para os outros. Depois eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. Perly Cipriano, para que possa responder às respostas.

O SR. PERLY CIPRIANO - Bom, eu vou tentar ser bem rápido e objetivo. O inquérito... A Iriny já riu porque já sabe que eu sou tendencioso a falar um pouco mais do que devia, mas ela me perdoa pela minha idade. Bom, primeiramente, a questão dos inquéritos, que foi levantada aqui. Na realidade, foi abordada por vários.

O Brasil é um país — e nós temos que reconhecer a realidade — em que ainda vivemos calamidades. Nós estamos falando mal dos inquéritos. Grave é que grande parte dos crimes sequer vira inquérito, muitas coisas nem inquérito viram. Então, esse é o primeiro momento. Nos que viram inquéritos — foi citado aqui —, encontramos investigações precárias, tendenciosas e algumas criminosas.

Há casos no CDDPH em que a pessoa morreu de intoxicação, mas, depois, quando se localiza o crânio dela, vê-se que 4 balas passaram no crânio dessa pessoa. E o inquérito estava concluído, tudo direitinho. Então, primeiro, há a



precariedade das investigações das polícias. Primeiro, por falta de preparação efetiva. Nós falamos aqui dos peritos criminais.

Isso é uma batalha antiga, difícil de ser vencida, por incrível que pareça, por parte dos peritos, porque nós precisamos de uma perícia autônoma, tecnicamente preparada. Mas, quando você discute com boa parte dos peritos e alguns que vêm aqui — eu lido com eles há muitos anos —, a única coisa que querem não é nem avançar na luta e sim ter autonomia, ser mais uma polícia.

O importante é ter mais cargos, mais, mais. Não é isso. É preciso discutir a questão. É preciso sempre discutir com os peritos. Eles querem autonomia. O que significa? Vocês poderiam ficar sob o mando do Ministério Público? Não, isso não. Da universidade? Também não. É como se fôssemos fazer uma outra polícia. Como a Constituição não prevê essa outra, sugiro que nunca se faça essa mudança.

Devemos dizer: eu preciso, de fato, equipar as perícias, os órgãos de perícia e capacitar essas pessoas.

É verdade o que o Deputado disse. Às vezes, a pessoa pega um médico, risca para lá e faz aquilo. No período da ditadura militar via-se constantemente esse tipo de coisa. Havia pessoas que tinham sofrido um acidente, um afogamento. Havia também pessoas com o crânio arreventado e com muitas balas pelo corpo.

Então, primeiro ponto: todos os crimes cometidos, de fato, têm um inquérito, mas ele precisa ter seriedade. É claro que há precariedade, mas também muito comprometimento. E há pouca punição para quem faz uma perícia e acoberta crimes. Os delegados fazem essa primeira investigação, apresentam a denúncia. Muitas vezes — e aí nós temos de estar fazendo o reconhecimento — o Ministério Público também faz a sua denúncia, a partir daquela investigação precária. E o julgamento ainda costuma ser mais precário. Há coisas que temos de falar e precisamos reconhecer, senão vamos continuar do jeito que estamos. Grande parte dos crimes cometidos neste País são elucidados graças à tortura, o que é lamentável. E isso é aceito pela sociedade. Dificilmente alguém pergunta: você foi torturado antes de confessar? Não, não há essa pergunta. Nem os nossos filhos falam em tirar o doce da geladeira. Mas os criminosos, no Brasil, devem ter um hábito diferente, confessam tudo. E o delegado dá uma entrevista sobre o que a pessoa confessou.



Então, a pessoa, ao ser presa, imediatamente deveria ser apresentada ao juiz, o que evitaria a tortura. Obrigaria, em vez de utilizar o pau-de-arara e outro tipo de tortura, a utilizar a inteligência. É preciso haver capacitação técnica, perícia científica e também investigação que de fato mereça esse nome. É preciso avançar. Já existe alguma experiência, mas muita coisa não tem investigação. Se houver necessidade de elucidar um crime, nós o elucidamos. Pega-se o primeiro mais pobre que houver e o tortura. Se o crime se deu em determinado lugar, é elucidado rapidamente. Apresenta-se o chamado criminoso.

Então, primeiro deve haver a perícia. Penso que, desde o primeiro momento, a pessoa, ao ser presa, deveria ser apresentada. Temos de pressionar para que seja dessa forma. É uma luta imensa. Depois disso haveria uma investigação. É claro que há países que já nem usam mais esse método que nós utilizamos. O Ministério Público poderia estar trabalhando junto. Não é o Ministério Público virar polícia, não. Eu também sou contra isso. Acho que é uma loucura. Mas precisaria acompanhar esses inquéritos. Pelo menos aqueles que exigem maior cuidado, investigação mais precisa. Há questões que são tão simples que não é necessário, mas há outras em que, de fato, teríamos de categorizar que tipo de investigações precisaríamos.

Penso que precisaríamos, então, não só dessa preparação, como também do julgamento. As pessoas dão maior atenção aos crimes que apresentam mais repercussão. Mas depende também da mídia, dos interesses políticos, de muitos fatores.

Nós temos também alguns problemas. É que algumas dessas pessoas que são presas na realidade continuam soltas, matando. Sou do Espírito Santo. Temos lá o coronel Ferreira, famoso. Com toda a fama de assassino, de preso, de condenado, ele continuava passeando pela cidade. A Iriny, uma vez, passou na cidade para tomar um caldo de cana muito famoso no Espírito Santo e quem ela viu? O preso coronel Ferreira. Ele estava vindo de uma cidade vizinha: Pancas.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Não um preso qualquer, não é? Um homicida...

O SR. PERLY CIPRIANO - É, conhecido nacionalmente.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - ...conhecidíssimo, que estava a serviço, por piedade.



O SR. PERLY CIPRIANO - Lá estava ele. Estava vindo de um Município vizinho, possivelmente, de Pancas. Deveria estar acertando a morte de mais alguns, certamente.

Isso é comum. Nós tínhamos no Espírito Santo uma figura... Ele ainda está vivo, é Cláudio Guerra. É um dos maiores assassinos de lá. Fez o serviço em um montão de políticos de lá. Eu fui Secretário de Justiça. Todo dia pedia que o prendessem. Eles o colocavam numa delegacia apropriada, em que o delegado era amigo dele. Então, ficava solto. Nós o denunciávamos: "*Esse preso está em tal lugar, todo mundo está vendo*". Respondiam: "*Nós vamos tomar providências*". Mas nesse caso, é bom que se diga, o Secretário de Justiça não tem nenhum poder de polícia nem nada. Ele apenas pode falar. Eu falei bastante, por isso, mas não resolveu muito. Preciso continuar falando.

Então, o fato de aquelas pessoas envolvidas em crimes serem policiais... Não se pode também, de imediato, expulsá-las da polícia, porque senão alguém pode denunciar um policial bom e ele ser expulso. Tem de haver todo um processo. Ele precisa ter o direito de se defender. Mas pode ser afastado, isso sim. Alguns Estados já têm tomado alguma iniciativa nesse sentido, mas é preciso que haja uma legislação mais específica. Quando ocorrem essas denúncias, ele deve ser afastado das operações. É muito comum a mesma pessoa sofrer 10, 20 acusações de assassinados e estar na rua comandando a operação. É um homem experiente. Muitas vezes a sociedade bate palmas para ele. Cláudio Guerra, do Espírito Santo, era um dos maiores criminosos do Estado e a sociedade o aplaudia. Ele elucidava tanto crime que era considerado importante. Era o homem de ouro. Quase sempre eles criam o chamado homem de ouro no Brasil.

Então, é preciso ter, sim, essa possibilidade de afastar a pessoa da atividade enquanto a investigação prossegue. Alguns Estados têm o mesmo problema de Pernambuco: têm, mas não há uma precisão.

A questão do desaforamento é uma necessidade. Em determinados lugares, se for feito um julgamento, já sabemos se a pessoa vai ser condenada ou absolvida, dependendo de quem seja. Se for de uma família importante na região e tiver matado um pobre, sem dúvida não vai ser condenada. Vão dizer que é uma pessoa boa, decente, digna, honesta etc. Vai sair de lá com uma qualificação imensa. Então,



pode também uma pessoa ser condenada, porque, às vezes, matou ou cometeu algum tipo de crime contra alguma figura importante da cidade, um político etc. Ela pode também ser condenada, mesmo sendo inocente. Isso é possível.

No Espírito Santo há um caso que ficou famoso no Brasil: um jovem negro tinha uma namorada branca. E o pai dela não era nem rico. Era um proprietariãozinho pequeno, da região de Pancas. Ele não queria que o negro namorasse a filha, era racista. E disse: *“Essa figura é um estuprador”*. É famoso esse caso. Prenderam-no ilegalmente. Levaram-no para a delegacia, o delegado o recebeu, o juiz não fez nada, o promotor não fez nada. E ele foi estuprado. Disseram que ele era estuprador e um preso o estuprou. Dois dias depois ele morreu enforcado — ele mesmo se enforcou, quando foi solto.

Vejam bem, estão envolvidos delegado, polícia, juiz, promotor, que nada fizeram. Não estou dizendo nem que estivessem envolvidos. Então, se essa pessoa tivesse sido apresentada ao juiz, ao promotor, não ocorreria esse fato. Ele deveria ter sido apresentado. *“Está preso por quê? Ele estuprou, mas qual é a prova?”* A informação que temos é de que essa menina que era sua namorada gostava dele. Possivelmente ela iria dizer: *“Não é verdade”*. Mas, como ele foi levado até a delegacia, o delegado e a polícia não se preocuparam com o fato, o juiz não foi lá, ninguém acertou nada, ele morreu. Está morto e ninguém foi condenado. Já fizemos essa denúncia umas 300 vezes. Já houve até manifestação nacional e não foi resolvido o problema.

Outra questão é o banco de dados. É preciso, de fato, construir bancos de dados confiáveis. Foi citado o banco de dados do Espírito Santo — citado nacionalmente, importantíssimo. A Ana Caracote, do Espírito Santo, veio da Argentina. Vejam a estrutura que eu tinha para ela: eu era Secretário, também sem nada, mas lhe cedemos uma sala, o telefone, a assinatura de 2 ou 3 jornais, colocamos ali 2 ou 3 estagiários. E ela fez um levantamento em cima daqueles jornais. Virou referência nacional. Imaginem, na precariedade ela virou referência nacional, porque seu trabalho era sério e não havia outros. Ela fez um trabalho excepcional, com seriedade, com compromisso, que serviu de referência no Brasil. Imaginem se lhe déssemos uma estrutura efetiva, uma equipe maior. Teríamos, de



fato, um banco de dados muito mais forte, consistente. Nos outros Estados nem isso foi feito.

Quando eu era Secretário, certa vez levei um susto. Resolvi saber quantos presos eu tinha. Secretário tem de saber quantos presos tem. Fui à Polícia Militar, já mal-intencionado. Pedi à Policial Militar, à Polícia Civil e ao juiz de execuções que me dissessem o número. Obtive 3 números diferentes. E a diferença entre eles era grande. Saí de lá sem saber quantos presos eu tinha. Ouvi pessoas dizerem: *“Na delegacia da serra há trinta e tantos”*. Eu tinha passado por lá um dia antes e eles haviam dito que havia 13. Havia 37, mas a pessoa me disse que havia 13. Era da Execuções, colocou no computador, na minha frente, para mostrar que eles são melhores do que nós. Mostrou: *“Eu tenho 13”*. Eu falei: *“Passei lá, havia 37”*. Fui lá junto com ele, com o Dr. Ubiratan e com outro juiz, que também era da Execuções.

Então, nem os dados são confiáveis. É preciso montar o banco de dados. Isso é possível, mas não é fácil, porque muita gente não tem interesse em que os bancos de dados sejam montados.

Recentemente, uma pessoa matou muitas crianças e adolescentes no Paraná, foi presa no Rio Grande do Sul, já havia sido presa no Paraná, mas nem sequer ligaram os banco de dados. Disseram: *“Não, nós aqui somos melhores do que os outros, não precisamos ligar o banco de dados”*. Aí ele não foi preso no Paraná, ninguém tinha ligação nos bancos de dados, e matou mais um punhado de gente no Rio Grande do Sul. Quem é o responsável?

É preciso que haja banco de dados. Vamos tentar. Foi levantado aqui como as informações poderiam chegar. Estamos criando o Disque Direitos Humanos, que vai funcionar 7 dias por semana, 24 horas por dia. Os bancos de dados, às vezes, ficam captando muitas coisas e não funcionam no sábado, nem no domingo, nem nos feriados, nem à noite. Então, esse banco de dados, esse disque-denúncia vai ser importante no sentido de proporcionar acesso às pessoas que quiserem fazer denúncias.

Quanto à Ouvidoria, a idéia é colocar pelo menos 15 ou 20 advogados para que, ao receber a denúncia, possam encaminhá-la ao promotor, ao juiz, ao defensor público, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, à Assembléia Legislativa, ao Conselho Tutelar. Enfim, não basta apenas mandar as informações. É preciso que



cada cidadão, independentemente do poder, possa dizer: o juiz fez a sua parte, parabéns para ele; o promotor também, parabéns para ele; a polícia também investigou, parabéns. Mas se chegarem 5 ou 6 processos em que ninguém faz nada, a sociedade vai tomar conhecimento. Aí, a mídia, todos, enfim, vão tomar conhecimento. É um dado que pode ajudar. Pode-se também tentar montar um banco de dados com os tipos de violência e de crime que ocorrem. De fato, ainda é preciso estrutura, técnica, mecanismos para montar esse banco de dados.

Quanto à agilização dos processos, a nova reforma do Judiciário pressupõe esse tipo de coisa. Se o processo já foi julgado uma vez, não precisa ser julgado 30 vezes. Não fiquem tranquilos em relação a isso, porque os senhores vão encontrar na área de direitos humanos pessoas que vão dar-lhes parabéns e outras que vão dizer que se trata de autoritarismo, o que impede que o advogado faça uma nova defesa. Há no Brasil muito corporativismo. Às vezes, falta discussão mais séria. É preciso fazer um debate concreto.

Temos, por exemplo, a questão da perícia. Já fizemos esse debate no CDDH. É preciso valorizar os peritos e chamá-los para tudo isso. Acho que, para acompanhar a perícia, é preciso criar uma espécie de estrutura, como aquela com que a Secretaria está pretendendo trabalhar. Eles têm um grupo móvel para agir quando houver suspeita de que a perícia em tal lugar não está funcionando efetivamente.

Em caso de tortura, por exemplo, se não houver capacitados, a pessoa vai aparecer com lesões corporais que não vão caracterizar tortura. Então, é preciso haver uma coisa móvel. Trazer todos os crimes para o âmbito federal não é bom. Ninguém me diz que o âmbito federal é melhor do que o estadual. Eu não tenho a visão de que o Ministério Público Federal é melhor do que o Ministério Público Estadual. Temos, sim, de cobrar de cada um que cumpra o seu papel. Se conseguirmos fazer isso, poderemos começar a definir que tipo... Aí é uma coisa diferente, como nosso Deputado mencionou. Há certo tipo de crime com tal envolvimento, com tal complexidade que precisa, sim, de uma determinação que seja articulada, que seja uma força-tarefa da qual participem a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil.



Estou com muita esperança nessa medida que está sendo apresentada pelo Ministério da Justiça, que vai capacitar grande número de policiais federais para que operem conjuntamente com Polícias Militares e Cíveis nos Estados. Teremos aí operações de inteligência. Sem a inteligência o crime não vai ser combatido. O que vemos é apenas que se combate um crime com outro. A pessoa rouba um carro e então praticam a tortura para saber quem o roubou. Diria que torturar é mais grave do que roubar carro. Carro se arranja outro e se vira. Não estou minimizando o crime, mas afirmo que, entre os 2 crimes, o mais grave é o de tortura. A pessoa elucida o roubo do carro do outro torturando um punhado de gente. Torturam um e chegam à conclusão de que não é ele. Aí então pegam outro. Até que, uma hora, um deles resolve dizer que foi ele. Então, precisamos trabalhar esse dado.

Acho que as forças-tarefas têm dado bons resultados. Não são tudo o que sonhamos, mas têm dado bons resultados. No Espírito Santo foi bom. O Presidente da Assembleia Legislativa foi preso, o banqueiro foi preso, o coronel Ferreira está preso. É claro que o Tribunal de Contas está cheio de gente, de desembargadores ainda envolvidos, denunciados por aquela Comissão que lá esteve.

Aliás, uma vez fiz uma denúncia. O Oscar Gatica estava presente. O CDDPH foi ao Espírito Santo por causa da questão do crime organizado. Fiz umas denúncias e fui condenado. Fui condenado porque denunciei. Denunciei às 10h da manhã. Às 2h da tarde aquelas pessoas que eu havia denunciado tinham, em notas taquigráficas, aquele documento. Foi feita uma nota à imprensa, articulada também nesse sistema, e eu fui processado. Defendi-me, mas fui condenado. Só não fui preso porque passou o prazo. O prazo foi a única vantagem. Passou o prazo e já tinha sido prescrito o meu período.

Então, é preciso trabalhar com essa lógica de que é necessário articular os Poderes Públicos. O fundamental é começarmos a definir mais precisamente qual é o papel de cada um, senão vamos ficar muito no genérico. Muita coisa precisa ser mudada na legislação.

Há a questão do controle externo. Quando você fala com o promotor, é muito comum ouvi-lo dizer: *“Não, mas preciso de uma regulamentação que está lá desde 1988”*. O controle externo efetivo da polícia é o Ministério Público. Mas eles não têm regulamentação. Então, é preciso regulamentar essa questão. A Ouvidoria é um



instrumento importante, desde que ela possa, por exemplo, surgir de uma lista tríplice, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, que tenha um mandato de 2 anos pelo menos.

Por exemplo, eu sou o Governador e nomeio o meu ouvidor. Quando ele começar a chegar perto da minha casa, eu... É chapa branca. Então, teria de haver uma lista tríplice — estou citando um exemplo, pode haver outras formas — do Conselho Estadual de Direitos Humanos, que pudesse indicar uma pessoa. Essa pessoa tem de ter um mínimo de autonomia e o chamado mandato de pelo menos 2 anos, porque senão também não vai ficar. A Corregedoria também tinha de trabalhar cada vez mais articulada às duas. Lamentavelmente, ela tem avançado pouco, precisa avançar mais.

Nós estamos trabalhando com a idéia de ampliar as Ouvidorias de Polícia, de conseguir recursos e capacitar. Pelo menos a idéia é que possamos, de fato, implementar pelo menos umas 15, minimamente funcionando. Mas é preciso que a sociedade esteja vigiando, porque senão se cria... A pessoa fala sempre na estrutura: é preciso fax, computador, sala. Este é um problema complicado no Brasil: fazem uma exigência imensa e você não vê, às vezes, resultado nenhum. O bom perito, mesmo que não tenha muita estrutura, às vezes investiga bem. Uma pessoa pode investigar e constatar fatos.

Penso que é preciso criar mecanismos de acompanhamento. Nem o boletim de ocorrência... Nós tentamos, no Espírito Santo, fazer o boletim de ocorrência da Polícia Militar e da Polícia Civil. Se a pessoa levava um tiro e alguém via, nem o registro era igual. Então, nem o registro era igual. É preciso estabelecer algumas regras e mecanismos — a pessoa se apresentar e ser levada a alguém, quando for presa.

A investigação tem características próprias. No Cariri, no Ceará, mais de 40 mulheres foram mortas, durante um grande período. Mas todas elas têm muitas coisas em comum. Há indícios de que pelo menos algumas estão juntas nos mesmos lugares. Mas o delegado investiga só um caso particular. Pega uma cidade do Ceará e faz a investigação. Chega à seguinte conclusão: é um maníaco. Encerrou o assunto. É igual crime envolvendo adolescentes. Nós precisamos trabalhar a seguinte lógica: quando houver adolescente envolvido num crime, a



investigação precisa ser mais rigorosa. Não é para punir o adolescente. Qual foi o adulto que deu a arma para ele, contratou-o para matar alguém, para levar droga? Quando eu conseguir punir um adulto, vou diminuir o crime.

Ocorre o seguinte: eu desmembro o crime. Um adolescente matou alguém. Aí vão dizer: 3 anos... Vejam bem, em vez de levar em conta a gravidade do crime, porque há um adulto numa quadrilha utilizando um adolescente, eu desmembro o crime e facilito as coisas. Por isso, o jovem é mão-de-obra barata para levar droga e matar. Eles não têm AR-15. Os senhores vêem, na televisão, adolescentes na favela com AR-15. Como é que eles arranjam aquela arma? Esses jovens nunca saíram nem do Rio de Janeiro, não é? Alguém fez tráfico de... Aí é gente grande, fez tráfico, trouxe até aqui, levou até lá. E ele é utilizado como mão-de-obra.

Encerro por aqui. Estou desesperado, porque estou atrasado e eles vão me pegar pelo pescoço.

Quanto às operações temporárias, que foram citadas — Anaconda, Vassourinha —, elas são importantes. Se fizéssemos isso eventualmente... Elas ajudam. A sociedade se movimenta e há algum resultado. Agora, é preciso criar nos Estados pacto de continuidade de ações. Mas não é impossível, com uma ação dessa... Cito a questão do Ministério da Saúde. Foi importante. É uma operação momentânea. Localizaram vampiros por todo lado. Havia vampiro voando, e eu acho que ainda vão acabar surgindo outros.

É claro que isso é complicado, mas é preciso que haja ações pontuais e continuadas. Penso que essa é uma tarefa que nós vamos... Quanto à proteção à testemunha, Deputado Guilherme Menezes, conforme já disse aqui, nós estamos estruturando o sistema. Queremos ampliar nos Estados a proteção à vítima e também o Centro de Apoio à Vítima. Nós queremos construir em vários Estados — só existe em 2 — o programa de proteção ao adolescente ameaçado de morte e o de proteção aos defensores dos direitos humanos também, que já vem dando alguns passos importantes.

Então, a idéia é, depois, criar uma articulação que tenha o preso, o colaborador, o depoente especial, enfim, uma estrutura articulada. Mas não basta pensar do ponto de vista técnico. É preciso saber que o juiz tem uma ação mais



coerente e consistente naquela questão, assim como os promotores, os defensores públicos.

O próprio sistema de proteção à vítima, que é o mais conhecido, de vez em quando está quase implodindo. A pessoa matou 50 pessoas, está fugindo da polícia, o juiz quer protegê-la e colocá-la no PROVITA. Não cabe lá. Trata-se de algo voluntário. Você aceita voluntariamente. A pessoa fica na casa ou em algum lugar que foi escolhido. Ela não está fugindo. Está fugindo da morte, e aí nós temos de protegê-la. Mas não se trata de alguém que matou... Vou proteger o matador profissional. Aí eu o levo para minha casa e fico com ele lá. Não. Esse também tem direito à proteção, mas é um outro sistema apropriado. Ele está preso, vai ficar num presídio, na cela.

Quero pedir desculpa aos senhores, porque tenho de me retirar, pois estou atrasado. Agradeço-lhes a possibilidade de ter vindo até aqui. Eu não sei se respondi tudo, mas o meu desespero é grande devido ao meu atraso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dr. Perly, a Presidência também agradece a V.Sa. a contribuição. Tenho certeza de que a sua vinda aqui é de suma importância para o relatório final desta CPI.

Peço desculpas, também, porque tive de me ausentar um pouco do debate. Mas tenho certeza de que são poucas as pessoas, neste País, que têm conhecimento na área como V.Sa.

Na verdade, existe essa impunidade em determinados casos, com omissão, muitas das vezes, dos Poderes Públicos de cada Estado.

Então, é necessário que haja uma soma de esforços. Nós, que estamos trabalhando nesta Comissão, vemos que, em relação ao Estado "x" ou "y", há, muitas vezes, omissão do Executivo e também do Judiciário. Se o Ministério Público, no caso, for o único interessado, não vai conseguir muita coisa. Mas tenho certeza de que, se houver uma soma da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, a maioria desses crimes será elucidado.

Em meu nome pessoal e em nome da Comissão, agradeço a V.Sa. por essa grande contribuição. Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agradeço ao companheiro Perly. Estaremos, na segunda-feira, no conselho para também tratar dessa questão.

O Gatica falou sobre a continuidade da CPI. Tivemos, primeiramente, dificuldade para instalá-la. Houve despacho para seu arquivamento. Nós levantamos mais questões, porque havia pressões de Parlamentares no sentido de que ela não se realizasse. Depois, queríamos ampliá-la para que fosse uma CPI nacional.

Estamos fazendo uma proposição no sentido de que tenhamos uma CPI Mista — Senado e Câmara — para investigar toda essa ação no País. Serão convocadas, principalmente, autoridades e entidades que têm trabalhado nessa questão, para enfrentá-la.

A convocação era por 120 dias. No dia 22, um dia antes de terminar o período, nós tínhamos vários requerimentos, inclusive da Bahia, de Sergipe e de outros locais, para convocar autoridades que tinham sido citadas, acusadas: a ex-Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia; um ex-Governador do Estado, que agora é Senador; enfim, uma série de pessoas.

O que aconteceu? Houve uma organização, orquestraram um movimento com a Liderança do PFL e de outros partidos no sentido de, naquele momento, acabar de vez com a CPI do Extermínio. Tivemos, então, dificuldades com a prorrogação.

Fizemos o requerimento em tempo hábil. Quando recebemos a informação, faltavam 7 dias, já contando com a parte que não trabalhamos. Só podemos trabalhar com autorização. E tivemos essa prorrogação por mais 60 dias graças à pressão que fizemos. O Deputado João Paulo colocou *ad referendum*, porque o PFL não queria votar. Foi votado, e nós queríamos continuar agora.

Infelizmente, a grande maioria dos Parlamentares pára tudo quando se toca, por exemplo, em um Vereador da base. Ocorre a mesma coisa quando se fala em um Secretário de Segurança Pública ou em um candidato a prefeito. Tem gente que quer denunciar. Uma pessoa que estava no Programa de Proteção queria falar sobre um candidato a prefeito de uma capital vinculado à matança, e não permitiram que ela viesse aqui. Derrotaram o requerimento.

Então, tem de haver, concordo, uma outra mobilização da sociedade nesse sentido de se fazer uma CPI — aí, sim, com pessoas que queiram, efetivamente, investigar, porque tem muita gente que só quer atrapalhar.



Informo que o nosso desejo era continuar. Infelizmente, alguns dizem que não vão entrar na doidice do Deputado Luiz Couto. Essa é a expressão que eles usam.

Além da questão dos inqueritos, há também as do segredo de justiça, que é um dos elementos tratado, do banco de dados, do afastamento de policiais.

Eu gostaria, primeiro, de parabenizá-los pela contribuição. No ano passado, fiz uma proposta para que fosse encaminhado um projeto de lei, como já tive de tipificar e qualificar os crimes de direitos humano. Esse projeto está agora na Consultoria Legislativa e nós deveremos depois apresentá-lo. O Ricardo falou em federalizar os crimes de mando. Poderia ser uma das alternativas. Esse projeto de lei tipifica os crimes contra os direitos humanos. É claro que os grupos de extermínio seriam tipificados como crimes contra os direitos humanos. Se são crimes contra os direitos humanos, estariam, inclusive, na esfera de investigação da própria Polícia Federal. Já há uma determinação nesse sentido.

Levanto algumas outras questões para que não sejamos, depois, acusados de estar exterminando os senhores pela fome.

Primeiro, refiro-me às operações ou forças-tarefa — fazer força-tarefa com a polícia, quando o Governador e o Secretário de Segurança Pública ou o comandante da Polícia Militar não admitem a existência daquela atividade; ou seja, fazer a operação com a Polícia Civil e Militar, quando a Polícia Federal vai fazer uma diligência, eles repassam as informações e têm de abortar a ação. Então, tem de haver mesmo uma organização treinada para operar em todos os Estados, independentemente de vinculação de secretário e tal. Vai lá, faz o trabalho de inteligência.

O Ricardo falou bastante sobre a inteligência. Eu gostaria que os senhores também tratassem melhor essa questão da inteligência e da vinculação com força-tarefa, ou operações especiais, ou uma organização que tivesse permanentemente Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, com pessoas que fossem designadas não pelos secretários ou pelos comandantes. Pessoas que fossem convidadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para fazer esse treinamento. Vão mandar os vinculados ao Secretário de Segurança. Na realidade, vão ser pessoas preparadas não para combater o crime, mas para servir ao crime.



Chama-me a atenção a questão das empresas de segurança pública. Hoje, essas empresas têm uma força muito grande. Acho que, em algum caso, ela é maior do que a das seguranças privadas clandestinas. Aquelas que são oficiais têm, por exemplo, autorização da Polícia Federal quanto à questão das armas. As outras que são clandestinas ou que também não trabalham com armas conseguem ter armas, que são colocadas em outros locais. Elas têm essa atividade. Então, há esta questão das empresas: como ter o controle maior e o fechamento de todas as empresas privadas clandestinas?

Outro aspecto que eu gostaria que os senhores tratassem diz respeito ao que foi levantado pelo Ricardo: o financiamento da bandidagem. Ou seja, nós temos investimentos de segurança pública que nem sempre são no sentido de qualificar, de capacitar policiais que querem mesmo combater. Terminam indo para o P2, porque, na sua maioria, são policiais que estão lá para ser os olhos, os ouvidos e também a mão armada dos comandantes ou dos secretários. Temos, enfim, a questão do financiamento da Segurança Pública e do combate a essas atividades criminosas.

Há também a questão levantada pelo Fernando, do GAJOP: a quem interessa negar a existência do grupo de extermínio? Ou seja, o Secretário ainda continua dizendo que o que acontece é bandido matando bandido. E não é essa a compreensão que nós temos. A ONU, o Ministério Público, as entidades de direitos humanos, o Poder Público Federal reconhecem a existência de crimes de extermínio. No Poder Público Estadual, porém, a grande maioria não a reconhece. Parlamentares que são financiados por essa banda do crime também não querem reconhecer isso. Alguns Deputados chegam a dizer ao Secretário: *“Eu quero que digam que não há crime organizado em meu Estado.”* Não é isso? E repetem isso 3, 4 vezes, para que, de fato, digam: *“Olha, o Secretário... uma testemunha lá disse que não tem. Essa conversa de crime de extermínio em Sergipe é confusão do Deputado Bosco Costa e do Deputado Luiz Couto. Querem fazer confusão. Não foi colocado isso aqui.”*

A quem interessa a negação da existência dos grupos de extermínio e da sua atuação?



Para concluir, indago sobre a postura de alguns órgãos. Quando são acusados, eles agem no sentido da desqualificação tanto das testemunhas como das vítimas, dos familiares, de quem denuncia, de quem pesquisa, como defensor de direitos humanos. Ou seja, essa postura de desqualificação também está presente, por exemplo, na ação que os senhores realizam enquanto membros de organizações? Essas organizações ou mesmo o trabalho de pescador também são desqualificados?

Pergunto ao Sidney se essas operações especiais têm sentido. O que falta ou o que atrapalha? Elas dão resultado, na grande maioria, ou, quando uma operação envolve policiais civis e militares, forças estaduais, normalmente há grandes problemas de vazamento, de ter de abortar a ação, de mudar a estratégia? Enfim, como fazer para que as operações sigilosas sejam de fato sigilosas, tenham o trabalho de inteligência, mas não repassem as informações para a mão da bandidagem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. José Sidney Veras Lima, que está à minha direita.

O SR. JOSÉ SIDNEY VERAS LEMOS - Nós, há pouco, falávamos da necessidade do conhecimento, do treinamento do policial. Perguntamos o seguinte: para que serve o inquérito policial? O inquérito policial serve para apontar a autoria e se ter o conhecimento real de um fato criminoso.

Então, o que ocorre? Quando há um fato, a autoridade policial, acompanhada de seus agentes e de um perito, chega ao local do crime. Os policiais preservam a área para os peritos trabalharem, coletarem o material necessário à conclusão do inquérito, ao tempo em que o delegado e outra parte dos policiais vão atrás de testemunhas para, ao final, apontar o autor daquele crime.

A finalidade do inquérito policial é essa. Então, ele é feito normalmente pelo delegado, porque o Promotor de Justiça, o Procurador da República, o membro do Ministério Público não têm condição de se deslocar do seu gabinete para ir atender a um crime. Esse deslocamento tem de ser de imediato. Quem pode, de imediato, se deslocar para o local do crime é o delegado. Então, quando tem informação de que ocorreu um crime, o delegado, com os seus agentes e um perito, chega no local e



isola a área — isso é importante — para que a perícia possa trabalhar, coletar o corpo de delito, as peças ali ligadas ao evento criminoso.

Nesse ínterim, os agentes da autoridade estão procurando testemunhas, aquelas pessoas que assistiram ao fato criminoso, que tiveram contato com ele, de modo a identificar o autor; conseqüentemente, também vão robustecer a prova.

Esse material é transformado num relatório. Ele é encaminhado ao Ministério Público, que faz denúncia ou não, dependendo das circunstâncias. Se precisar de mais algumas informações, ele o devolve à polícia para complementar e denuncia, vai à parte processual, à Justiça.

Esse é o certo. Em muitos locais... Já trabalhei 9 anos em Recife. Fui chefe da Delegacia da Polícia Federal de Recife por 4 anos; depois, fui diretor da Polícia Federal de Roraima, Superintendente da Polícia Federal de Roraima; Superintendente do Maranhão por 5 anos; e estou há 4 anos como Delegado Executivo da Polícia Federal em Sergipe.

As coisas não mudaram muito. Não há o conhecimento suficiente do trabalho da polícia. O que ocorre? Num crime recente, que teve repercussão, mataram um cidadão. Eu não fui até lá porque não era a minha área. A Polícia Federal não foi de imediato, porque não era área de competência dela. Mas o pessoal da Inteligência foi. Chegando lá, o que havia? A polícia de lá chegou e estava mais preocupada em que a imprensa terminasse o trabalho dela. As pessoas estavam ao lado do morto tirando fotografias, fazendo pose. *“Foi aqui, foi ali, foi acolá.”* Depois que a imprensa saiu, depois que todo mundo mexeu em tudo, juntou casca de bala, juntou projétil, juntou instrumentos, aquele negócio todo, aí que a polícia entrou.

Ora, os senhores imaginem isso numa capital. Não é Sergipe, não é Pernambuco, não é Maranhão, não é Roraima. Neste Brasil afóra é assim. Agora, os senhores imaginam numa cidade do interior em que o delegado é um sargento de polícia — sem querer desmerecê-lo —, ou um cabo, ou então não tem a mínima formação, conhecimento jurídico ou qualquer conhecimento de formação policial. De repente, há uma execução de esquadrão da morte, de grupo de extermínio. Como é que fica? Como é que ele vai apurar? Como é que vai produzir o relatório suficiente ao Ministério Público? Como é que o juiz vai trabalhar em cima dos fatos?



É isso que torna difícil uma força-tarefa. Quando se juntam, às vezes, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, o pessoal diz: “*Esse pessoal da Polícia Federal é cheio de besteira, é isso, é aquilo*”. Ora, se não houver o perfeito cumprimento das necessidades operacionais na coleta de informações para elucidar um crime, fica difícil.

Por isso, refuto a importância de se conhecer efetivamente. Então, nós temos de treinar a nossa polícia e prepará-la sempre, sempre, sempre. Do jeito que está, nunca se vai descobrir nada. É mais fácil ter uma bola de cristal. Ela não vai trabalhar nunca, se não souber a realidade.

Na verdade, a polícia está despreparada, não sabe nada. O policial chega lá porque é seu dever e tem de fazer a sua parte, mas não teve a técnica, não teve a prova, não vai apontar ninguém como responsável. E vão dizer: “*Ah, o que morreu é irmão do traficante*”. “*É porque tinha ligação com o traficante*”. É a saída que têm.

Por isso, digo que é preciso trabalhar, treinar o policial sempre, sempre, sempre, sempre. E têm de ter autoridade. O Secretário de Segurança, o Delegado Regional, o Superintendente da Polícia têm de estar bastante próximos. Às vezes, temos observado que muitas autoridades mal mandam em sua secretária, quanto mais nos subordinados. Então, fica difícil. Se a autoridade não estiver próxima do seu policial, do seu agente de investigação, orientando, cobrando — não é só mandar, é preciso cobrar a excelência do trabalho —, não vai fazer nada. Vão ficar marchando a vida toda no mesmo lugar.

Então, a dificuldade de se fazer uma força-tarefa, de se trabalhar em conjunto é devido ao desconhecimento, ao descompasso do conhecimento. Temos de uniformizar o conhecimento para poder trabalhar juntos. Se não houver essa uniformidade, vai ser difícil, porque um vai procurar desmanchar o que o outro está fazendo, achando que é melhor do que o outro. Na realidade, a polícia não tem de mostrar que é melhor do que ninguém. Ela tem de fazer a sua parte. Se age dessa forma já é suficiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. Isaías Santana.



O SR. ISAÍAS SANTANA DA ROCHA - Eu vou tentar fazer um comentário rápido, até em função do horário.

Vejam bem, exemplos não faltam para afirmarmos que o certo seria, se houvesse condições, construir uma outra polícia, porque essa realmente não dá mais conta. Mas vamos ter de partir do princípio de que não há condições. Como é que nós vamos acabar com esse contingente, com a estrutura que o Brasil tem hoje, para fazer uma nova polícia? Até porque a Polícia Militar já está com o prazo de validade vencido, pois tem quase 2 séculos. E a Polícia Civil também não tem... São exemplos pequenos que vemos na ponta.

Por exemplo, nós temos a rede dos programas de proteção à testemunha. Aí o delegado encaminha a testemunha no início da semana. Quando se chega no final da semana, aquela testemunha, que estava ameaçada de morte, é a principal suspeita; ou seja, foi condenada por ter praticado o crime. Vejam a qualidade da investigação.

Eu acompanhei agora um caso. Mataram na Grande Vitória um chefe da investigação da Delegacia de Crimes contra a Vida. É uma delegacia da Grande Vitória, de Serra, que é um Município grande. Aí, sim, houve todo um empenho, aquela repercussão danada. Prenderam um grupo lá e me chamaram para poder provar... A polícia estava querendo comer aquelas pessoas. E me chamaram lá para dizer que não estava havendo nenhuma violação de direitos humanos, que a investigação estava sendo conduzida. No final da semana, já fui chamado para ver outro grupo, não era mais aquele. E o cara dizia na frente do delegado: *“Olha, eu sou assaltante, eu não sou homicida”*. Aí, prendem 2 menores que são acusados da morte do policial. E eu volto de novo. Um de 15 e um de 16. Tinha hora em que eles até riam, não tinham noção do que estavam fazendo ou falando. Na outra semana, já não são mais aqueles meninos. Quer dizer, não têm uma forma de investigação que nos dê credibilidade. Eu pego uma sindicância, por exemplo, da Corregedoria da Polícia Militar e vejo que está tudo errado. Eu consigo as mesmas informações sem ir ao local. Eles fizeram várias diligências para fazer uma sindicância, porque a Polícia tinha sido arbitrária, e não tem qualidade nenhuma. Eu não sou da área, mas sem precisar fazer uma diligência, só pelas pessoas que eu conheço na região, o meu material probatório seria muito mais qualificado.



Então, a Corregedoria não funciona. É frágil, corporativista e não funciona. Nem a da Polícia Civil nem a da Polícia Militar.

Eu sou chamado para ir à Corregedoria porque um X-9 está denunciando que os policiais estão extorquindo traficantes. Vamos ver, tem participação de políticos, de juízes. Então, o crime organizado é institucional no Brasil, esse é o grande problema. A dificuldade de investigação é porque ele é institucionalizado, ele tem a participação de agentes do Estado, de todos os Poderes. Esse é o grande problema. Está introjetado nas estruturas das forças policiais, não só das Polícias Civil e Militar, mas até da Polícia Federal.

As empresas privadas de segurança, na sua maioria, são de militares, de coronéis reformados do Exército, da Polícia Militar. Eles fazem parte do sistema empresarial, do sistema judiciário, porque eles viram promotores de justiça, juízes. Há toda uma institucionalização das ações do crime. Isso é que dificulta. E outra razão é o capital, a circulação financeira, o domínio econômico que eles têm. Vimos o exemplo de Manoel Correia da Silva, que era a principal testemunha contra o coronel Ferreira e que morreu nas barbas da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, dos juízes, numa hora em que havia uma intervenção direta da Polícia Federal, através de missão especial, no Espírito Santo.

Era uma testemunha-chave, participava de todo o esquema da criminalidade, do braço armado do crime organizado que é o coronel Ferreira. Eles eram compadres, um tentou matar o outro por causa de disputa, e ele morre nas barbas do Estado. E até hoje ninguém foi responsabilizado. Depois morreram outras personalidades. E até hoje ninguém sabe porque o cara é transferido de presídio e 2 horas depois que entra no presídio morre.

Então, a participação do agente público é muito grande no crime organizado. Isso vai dificultando. O que temos de pensar aqui, a partir de levantamentos, é a estratégia que vamos usar para sair dessa situação, porque não adianta mudar só a Polícia, há necessidade de uma mudança cultural no Brasil, para que a ética, o compromisso social substitua todo o esquema da corrupção, da impunidade, do privilégio.

Como é que vamos derrubar isso, para poder apontar para uma nova forma de sociedade? Se não combater a corrupção, o Governo Federal não combate o



crime organizado, não combate qualquer outra atividade, porque o problema é a corrupção. Estamos discutindo aqui execução sumária, que é uma parte dessa criminalidade, mas o crime institucional no Brasil está em todas as áreas. Temos de começar pela estrutura de corrupção e admitir que o País está doente, porque a corrupção está no estado maior, que é a União, está no Estado federado, está no Município.

No Espírito Santo, a Polícia Federal fez um *show* de pirotecnia. Chegou, prendeu um monte de documento, entrou nas empresas e depois foi saindo, foi esvaziando e foi embora. Ficou o Ministério Público sozinho, com a ajuda da Receita Federal. Depois, foi tudo substituído. Saíram os procuradores, saiu a Receita Federal, saiu o representante da Polícia Rodoviária Federal, foram todos promovidos.

E quando eu falo que o Espírito Santo é diferente e precisa de uma atenção diferente, é porque o crime organizado entrou não só pela influência, mas pela estrutura. Por exemplo, vamos fazer 6 anos, no final do ano, de intervenção da Polícia Militar no sistema penitenciário. Toda a estrutura do sistema é militar, inclusive fazendo a guarda interna e a direção das unidades. Isso é um negócio altamente corrupto, altamente corrupto. Então, no Espírito Santo, as coisas são diferentes, porque eles sofisticaram as ações. E por isso a nossa reclamação. Entendíamos que o que começamos causou a intervenção federal no Espírito Santo, que não foi consolidada por causa do então Procurador-Geral da República, o Brindeiro, que engavetou o processo depois da contribuição do CDDPH. Pensávamos que neste Governo fôssemos ter um tratamento diferenciado, porque, primeiro, estávamos chegando em toda a estrutura do crime organizada. E essa estrutura foi praticamente toda desmontada.

No Espírito Santo, temos a seguinte situação: nos 2 primeiros anos, os Governadores tentam governar. Nos últimos 2 anos, eles são obrigados a se render e caem no braço do crime organizado. E aí acabou o Estado. Daí nossa preocupação com o esvaziamento da missão especial e de outras estruturas que foram criadas, tendo em vista, já se iniciando os processos de eleições municipais, a rearticulação desses grupos. Isso nos preocupa. Não adianta levantar diagnóstico, porque isso já existe. O próprio relatório, que ficou em poder da Comissão, do



Movimento Nacional de Direitos Humanos dá essas dicas. Outras contribuições vieram.

Então, é uma decisão política das instituições, partindo do Governo Federal, no combate a essa criminalidade. A sociedade brasileira tem mostrado nos últimos anos sua decisão de contribuir para reestruturar esse Estado, que realmente está fragilizado com ações criminosas de todos os níveis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Meneses) - Agradecemos ao Dr. Isaías Santana da Rocha.

Passamos a palavra rapidamente ao Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Vou tentar sintetizar ao máximo, em virtude do horário. Às vezes, a visão que temos das pessoas que tratam de segurança pública é como a do livro de Lima Barreto *Os Bruzundangas*. Ele conta que uma pessoa homenageada, com muitas medalhas no corpo, chega numa carruagem e manda tocar para a frente. O cara da carruagem vai. Lá pelas tantas, a carruagem corre e ele desmaia. Quando acorda, está com a roupa do cara da carruagem, na escadaria onde tinha sido homenageado, e o cocheiro está com a roupa dele. E ele olha para o cocheiro e diz: “O senhor quer pegar a carruagem?” Ou seja, parece que a gente pega uma roupa e veste e passa a acreditar que aquilo ali é o novo da gente. E na realidade não é. É uma questão também cultural. A questão da violência, a questão dos grupos de extermínio é cultural.

Falo do Ceará. Gustavo Barroso, um escritor cearense do século retrasado, já falava não em grupo de extermínio, mas na violência no Ceará. Ele conta uma história que não sei é verdadeira. Diz que um criminoso tinha acabado de esfaquear uma pessoa, vinha correndo, passou pelo messeeiro, olhou e disse assim: “*Guarda esta faca para mim*”. E a enterrou na barriga da pessoa. “*Daqui a pouco venho pegar*.” Então, eu acho que não é uma questão de roupa, não é uma questão de vestimenta. Não é se me der uma carteira da Polícia Federal, eu vou ser um policial federal. É uma questão cultural. Isso que tem que ser observado. Com certeza, o Deputado tem razão, a partir do momento em que a Polícia Federal entrar no esquema de tentar coibir esse tipo de crime, vários outros segmentos das Polícias Civil e Militar vão destruir o trabalho da Polícia Federal.



Na década de 80, existia no Estado do Ceará um criminoso famoso — não vou citar o nome — que quando tinha uma operação contra ele, antes de sair da Secretaria de Segurança, ele já sabia. É difícil realmente trabalhar com isso, é difícil a gente apenas dar um fuzil AR-15 para um policial, dar uma Blazer nova, comprar 3 helicópteros que custam uma fortuna, sem o homem estar preparado para isso, sem a população estar culturalmente mecanizado para aquilo ali. Porque na realidade existe o crime organizado porque existe o mercado do crime organizado, existem os protetores do crime organizado e existe por outro lado a impunidade.

Finalizando, a quem interessa negar. É uma pergunta do colega. Vou falar rapidamente. A criminalidade deveria ser tratada como uma questão de estado, não como uma questão de governo. A partir do momento em você diz que não existe crime organizado no seu Estado, não existe matança, é uma questão de governo, é uma opinião, é uma questão de politicagem, e não uma questão de estado. Isso não preciso nem comentar.

A desqualificação moral da vítima é a segunda morte. Tivemos um caso no Estado do Ceará, no ano passado, com um rapaz muito competente. Faço parte da APAVV — Associação dos Parentes, Amigos e Vítimas da Violência, e lá estamos acompanhando esse caso. O rapaz era funcionário da Procuradoria da República, e na morte dele, que tem todos os ingredientes de um crime de mando — embora não possa afirmar que foi, existem os ingredientes —, o desqualificaram moralmente, introduzindo elementos no ânus dele, colocando droga junto dele. Quer dizer, é uma segunda morte, a morte moral.

Fazendo um breve comentário sobre o Judiciário, conheço o caso de juiz que tentou combater um tipo de criminalidade e logo em seguida uma pessoa que tinha as chamadas costas largas sugeriu uma correição, e o juiz está sofrendo correição. Outra coisa, o juiz pede técnico judiciário que fez concurso para o Município, e o técnico judiciário não vai, alega que está fazendo um curso de espanhol, um curso não sei de quê. O Tribunal de Justiça diz que ele não pode ir, e o juiz fica sem o técnico judiciário, com uns 3, 4 mil processos em cima dele. Depois, é muito fácil dizer que juiz não está com nada, está enrolando, o Judiciário não presta. É muito fácil a gente pegar um bode expiatório. O negócio é a gente também ter uma visão apurada do problema. Conheço o caso de um juiz que trabalha com um oficial de



justiça que é dentista e diz assim: *“Não vou porque eu sou dentista”*. O juiz comunica ao Tribunal, e, porque aquele juiz está querendo apurar casos, o Tribunal não faz nada. Então, é muito fácil a gente ter o bode expiatório. A gente precisa ter conhecimento de causa, isso que é difícil.

Por último, o caso da fuga da carceragem da Polícia Federal. Cimar Carneiro, da quadrilha do Valdetário Carneiro, morto no ano passado, fugiu da carceragem da Polícia Federal, tida como uma das carceragens mais perfeitas do Brasil, que ia abrigar o Fernandinho Beira-Mar, com câmeras, com tudo. Ele recebeu uma barra de ferro e fugiu. Só que essa quadrilha do Valdetário Carneiro e do Cimar, que atua no Rio Grande do Norte, tinha também braço no Ceará, através do Cássio, que está preso agora e que era da região do São João do Jaguaribe, e do Chico Orelha, que morreu no Rio Grande do Norte, está com um mês e meio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fizeram um assalto agora em Catolé do Rocha, na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - Agradecemos ao Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula e passamos a palavra ao Dr. Fernando Antonio Matos.

O SR. FERNANDO ANTONIO MATOS - Serei breve. Acho que as provocações da mesa e da platéia só tendem a enriquecer as discussões da Comissão Parlamentar e vou me ater realmente a pontos extremamente localizados, até porque não deveremos ser repetitivos nessa altura.

Tentando responder à pergunta que eu mesmo fiz e que o Deputado Luiz Couto relembrou (o Prof. Ricardo fez uma referência), acho que é exatamente isto: interessa negar a existência de grupo de extermínio aos culpados. Os culpados, sejam eles os mandantes, sejam eles os autores, sejam eles os financiadores, sejam eles os integrantes dos órgãos policiais que estão dando cobertura ao esquema, sejam eles os políticos que se beneficiam daquelas atividades. A esses interessa negar a existência do extermínio, o que é, como bem disse o professor, uma atitude vã, tola, porque há a prova fática, há o reconhecimento de outras esferas públicas e da sociedade civil. Então, fica parecendo uma desculpa de governo.

Há em Pernambuco uma discussão que vem de vários Governos. Pernambuco se vê prejudicado na questão do turismo porque manda dados



verídicos para a SENASP enquanto, por exemplo, o Estado da Bahia não dá estatísticas corretas, especialmente no carnaval. Isso gera um desequilíbrio na ida de recursos e de turistas para Pernambuco. Tipo assim: na Bahia, só se diz que houve uma morte no carnaval se acontecer em cima do trio elétrico. Se não for em cima do trio elétrico, não morreu no carnaval. Isso gera um problema. Isso passa exatamente a ser uma desculpa de governo, para ter uma imagem melhor, até porque essa é uma questão que a sociedade cobra em primeiro lugar. O atual Governo do Estado tem anunciado que nos últimos 4 anos investiu mais de 100 milhões de reais na segurança pública, e em nenhum dos índices principais da violação legal no Estado houve queda. Então, é extremamente preocupante quando se comprova que se investiram 100 milhões de reais, isso num Estado pobre, na região mais pobre do País, e nenhum dos índices de criminalidade baixou.

Gostaria de reforçar a questão da desqualificação das vítimas e testemunhas. A própria capacitação que tivemos durante a montagem da rede de proteção à testemunha diz que isso se chama atentado. É uma forma de desqualificar o trabalho. No passado, era fácil colocar como subversivo ou comunista, era assim que o regime militar fazia e já desclassificava você por estar atentando contra a segurança nacional. Um tempo atrás, dizia-se que eram entidades que estavam a soldo de interesses internacionais, recebendo em dólar. Isso inclusive acabou a cooperação internacional, não tem havido grande apoio às ONGs. Durante muito tempo, foi aquela rotulação de defensores de bandidos. Então, a tentativa de desmoralização vai mudando o foco, mas sempre tentando atingir aqueles que se preocupam com a defesa dos direitos fundamentais em nosso País.

Acho que o Prof. Ricardo foi muito feliz quando abordou a questão cultural. Temos um país que foi formado em cima da desigualdade. A desigualdade que veio desde as capitânicas hereditárias e que se aprofunda. Eu não trouxe os dados para esse seminário, mas é facilmente acessível o aprofundamento das diferenças sociais que o Brasil vem enfrentando. O País iniciou o século XX com 70% de sua população no campo e o século XXI com a mesma proporção nas cidades e não repartiu riqueza entre a população.

Então, o Brasil fez uma migração histórica, foi um dos países que no início do século passado mais cresceu no mundo, e não socializou a riqueza. É a questão da



desigualdade, a questão do mando, a questão do direito de vida ou morte. E aí temos a morte de mulheres, o assassinato de homossexuais, a invasão do domicílio dos trabalhadores rurais, por exemplo, na Zona da Mata do meu Estado.

Isso tem uma qualificação realmente terrível dentro da cultura. É um país que teve até há pouco mais de 100 anos a escravidão, e não existe nada maior do que considerar uma determinada categoria de pessoas gente e outra, coisa. O Brasil há pouco tempo tinha isso. É um país que exterminou muitos dos seus índios. E isso continua ainda estampado na desigualdade social. No meu Estado, ficou célebre a definição de uma das famílias mais poderosas — ainda continua, mas não tanto quanto era: em Pernambuco quem não é Cavalcante é cavalgado. Era exatamente a demonstração de que existia uma classe de senhores e outra de súditos, e não de cidadãos.

Por fim, queria dizer que o meu amigo Isaías tocou num ponto de que não tínhamos falado ainda, mas que é preciso. Queria levantar uma frase da juíza e Deputada Juíza Denise Frossard, a de que no Brasil o crime organizado não é um estado paralelo. Porque diz a ciência que as paralelas nunca se encontram, a não ser no infinito. No Brasil, o crime organizado é perpendicular ao estado oficial, porque existe um ponto em que eles se cruzam, e esse ponto é justamente a corrupção. Não é possível entendermos o apoio do Estado, o apoio político que há a esses grupos, se não entendermos o fenômeno da corrupção por trás disso. Então, fica para esta importante Comissão Parlamentar pensar em formas de combater a corrupção, porque senão também esse outro lado não vai funcionar. Não existe crime organizado que funcione sem o apoio de setores do Estado.

Por último, ouvindo a fala do nosso delegado, realmente, saio daqui com uma idéia que a gente discute há muito tempo. Quem fala em sistema de justiça e segurança é a sociedade civil. Os órgãos que nós entendemos que compõem esse sistema de segurança não o vêem funcionar de forma sistêmica. A gente fala em sistema que envolve Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, sistema penitenciário, a gente vê isso desde o início, mas esses órgãos não se sentem como parte de um sistema. Cada um tem a sua competência. A polícia diz que fez tantos inquéritos e os mandou para o Ministério Público; o Ministério Público diz que fez tantas denúncias; o defensor público diz que



fez tantos júris e defendeu tantas pessoas; o sistema penitenciário diz que recebeu tantos hóspedes. E dentro da cadeia, dentro do sistema penitenciário, o cara vai continuar controlando o crime, dentro da Polícia Militar vai ter aquele cara que vai continuar servindo a grupo de extermínio. Então, se não tivermos na cabeça que isso realmente tem que ser um sistema, articulado, coerente e com monitoramento, vamos continuar nessa terrível situação de sermos um país pobre gastando dinheiro com segurança pública, 10% do PIB, como disse a última estatística, sem reverter em nada a impunidade. Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - Agradecemos ao Dr. Fernando Antonio Matos.

Em nome da Presidência desta Comissão, quero agradecer a cada um dos palestrantes pela presença, pelo alto nível do que aqui foi exposto e pelo debate suscitado, cumprimentando o Relator, Deputado Luiz Couto. Não havendo mais nada a tratar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Fernando referiu-se ao estado perpendicular. Humberto Graça Silva diz que é o estado transversal, ou seja, é muito mais, está pior do que perpendicular. Não é mais paralelo, nem perpendicular, é transversal, está em vários segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Menezes) - Declaro encerrado o presente seminário.